

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

RESOLUÇÕES – VI CONGRESSO NACIONAL DA

UJC

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Os cenários da crise

1. A atual conjuntura internacional tem sido profundamente marcada pelos desdobramentos da crise capitalista que se intensificou a partir do ano de 2008, com a chamada crise imobiliária oriunda nos Estados Unidos da América.
2. Esta crise, contudo, deve ser compreendida a partir das contradições básicas do sistema capitalista, e não somente como uma crise pontual, de caráter financeiro. É uma crise estrutural do capital, que evidencia as crescentes dificuldades de acumulação e das possibilidades de expansão das taxas de lucro.
3. Isso não significa que o capitalismo encaminha-se para o seu fim imediato, e que o socialismo “naturalmente” o superará enquanto modo de organização da produção e da sociedade mundial. O sistema capitalista ainda não está esgotado, o que representa que o sistema não cairá “naturalmente”, sendo que a sua derrubada depende da organização da classe trabalhadora. A atual crise pode levar, inclusive, a maior concentração e centralização de capitais e do poder político, configurando o avanço da barbárie e a consolidação de um sistema político mais autoritário, violento e desigual.
4. Por mais que a crise seja devastadora e suas consequências para os trabalhadores apresentem-se cada vez mais perversas, os capitalistas contam com uma série de alternativas para tentar superá-la e manterem sua hegemonia. Ao contrário da crise de 1929, quando a maioria dos Estados Nacionais não intervieram imediatamente com mecanismos de regulação e/ou intervenção na economia, na atual conjuntura os Estados tem intervindo diretamente na crise, até mesmo nacionalizando empresas em bancarrota, como o caso emblemático da General Motors nos EUA; reduzindo gastos sociais, direitos e

conquistas; reduzindo os juros sobre algumas áreas da produção; capitalizando bancos em perspectiva de falência. Alguns exemplos dessas intervenções são a reformulação da legislação trabalhista, como no emblemático caso espanhol, onde as mulheres trabalhadoras foram as mais prejudicadas, e a redução do salário mínimo e o corte de pensões em Portugal e na Grécia.

5. Uma série de intervenções foram, e seguem sendo, realizadas nas principais economias em crise, com a injeção de trilhões de dólares e euros saídos dos cofres públicos para sustentar grandes monopólios e bancos capitalistas, no sentido de salvaguardá-los das perdas às quais estão submetidos.

6. O discurso neoliberal de redução do papel do Estado na regulação da economia foi abalado pela forte intervenção que temos presenciado nos últimos anos. Porém, os Estados tem se posicionado respondendo às demandas da burguesia, o que faz com que se aprofundem os ataques aos direitos básicos dos trabalhadores e dos povos do mundo.

7. Uma das soluções encontradas no campo econômico têm sido a adoção das chamadas reformas e ajustes fiscais, que visam, basicamente, subtrair os recursos destinados para demandas sociais e trabalhistas, para seguir enchendo os cofres dos fundos de salvação do capital.

8. Políticas de retirada de direitos sociais têm sido adotadas na França, na Grécia, na Espanha, em Portugal, no Reino Unido, e também nos Estados Unidos, apenas para citar alguns. Os cortes orçamentários são cada vez mais frequentes e agressivos, o que tem resultado no fim do que sobrou do Estado de Bem-Estar social nestes países. Como consequência, o desemprego e a pobreza têm aumentado. Na zona do euro o índice de desemprego passa os 10% e vem aumentando paulatinamente. Em países como a Grécia e a Espanha estas taxas giram em torno de 20%.

9. Na Ásia e África a juventude é o extrato da população que mais sofre os efeitos da crise econômica, a exemplo da Europa. Na Tunísia os altos índices de desemprego (em 2008 eram de 31,2% na faixa de 15 a 29 anos) entre os jovens, levou um deles, Mohamed Bouazizi, a atear fogo em si mesmo, sendo esse o estopim para a revolta que terminou por derrubar o ditador Ben Ali do poder. O Egito já havia vivido uma revolta de trabalhadores em 2009, quando houve um aumento brusco dos alimentos devido à especulação nas bolsas.

10. Nos Estados Unidos, os índices de pobreza têm alcançado os níveis mais altos de sua história, atingindo aproximadamente 50 milhões de estadunidenses. No Japão, cerca de 15% da população vive em situação de pobreza, número considerável para um dos países de maior economia no mundo.

11. Em contrapartida, na periferia do sistema, há uma movimentação de alguns países no sentido de ocupar um maior espaço na economia e na política mundial. Os chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), têm apresentado índices de crescimento econômico, mesmo em um cenário de recessão mundial, aproveitando-se das amplas possibilidades que o capital ainda tem para se desenvolver nestes países.

12. Porém, este rearranjo não deve ser visto como uma alternativa ao modelo imperialista atual, centrado nos EUA, União Europeia e Japão. Em verdade, os BRICS têm caráter imperialista, buscando outra configuração na polarização mundial, porém sustentada em bases de desenvolvimento capitalista. O Brasil se insere no sistema capitalista-imperialista – mesmo que de forma subalterna como uma economia plenamente desenvolvida do ponto de vista das necessidades de acumulação de capitais, subordinando todas as esferas da vida a estas necessidades, mercantilizando tudo em escala nunca antes vista. Trata-se de um capitalismo completo, desenvolvido, integrado e com elevado grau de monopolização em praticamente todos os setores da economia, com expressão no cenário internacional: publicações especializadas indicam que pelo menos 50 grandes empresas brasileiras podem ser consideradas como multinacionais, ou seja, têm parcelas expressivas de seus negócios no exterior.

13. A resposta política à crise tem sido a intensificação da criminalização e repressão aos movimentos que se posicionam de forma contrária às políticas de austeridade. E, por outro lado, agentes do mercado vêm tomando as rédeas do processo político, como é o caso da nomeação dos primeiros ministros da Itália e da Grécia, ex-funcionários de grandes corporações e bancos, que representam uma inclinação ainda mais tecnocrática nas democracias burguesas.

14. No que diz respeito às saídas militares para a crise, observa-se uma recomposição da estratégia militar estadunidense. A retirada das tropas do Iraque e a promessa de saída do Afeganistão, não representam um cenário de pacificação mundial; os alvos é que parecem estar mudando. Os ataques à Líbia e as constantes ameaças a soberania da Síria,

da República Popular Democrática da Coreia e do Irã demonstram que a política de guerra imperialista segue seu curso.

15. Em contrapartida, os povos do mundo têm se levantado contra esta série de ataques. Mobilizações massivas, com ampla participação da juventude, vêm ocorrendo em todos os continentes. Chamamos a atenção para as lutas que vem sendo travadas na Grécia, nos Estados Unidos, na Itália, no Chile, na Colômbia, no Egito, na Tunísia, em Portugal, na Espanha e na Palestina, inclusive com mobilizações de massa do povo e dos jovens israelenses contra o governo de Netanyahu.

16. Estas mobilizações apresentam caráter diverso, respondendo à realidade de cada país e aos desdobramentos específicos da crise econômica e das ações do Imperialismo. Contudo, há certa unidade na crítica ao sistema capitalista, com bandeiras que atacam certos pilares de sustentação do capital e unificam a luta por direitos. Entretanto, o que não se apresenta na maioria destes movimentos não se apresentam enquanto uma alternativa de poder político a hegemonia capitalista. Nesse amplo leque, que vai do fundamentalismo religioso ao socialismo, a tarefa dos comunistas é disputar a direção destes movimentos, intensificando a crítica ao capitalismo e ao imperialismo, buscando reaglutinar forças no sentido de colocar a Revolução Socialista na ordem do dia.

As principais lutas que os jovens comunistas devem encampar no cenário internacional

17. Dentre as lutas que devemos desenvolver, numa perspectiva de solidariedade internacionalista, encontram-se as seguintes:

- a) A luta contra todas as formas de agressão imperialista que vêm sendo realizadas mundialmente;
- b) Liberdade aos presos políticos dos povos em luta em todos os continentes e aos presos políticos anti-imperialistas nas prisões dos EUA.
- c) Apoio à luta dos povos e da juventude contra as políticas de austeridade e contra o avanço do nazi-fascismo na Europa e no mundo.
- d) Solidariedade aos povos ameaçados e agredidos pelo Imperialismo, em especial os afegãos, os sírios, os líbios, os libaneses, os iranianos e os palestinos;

- e) A criação do Estado Palestino. O fim imediato da ocupação militar sionista e a retomada das fronteiras estabelecidas em 1967. A libertação dos presos e presas políticas palestinas e o retorno dos refugiados palestinos às suas terras, como elemento incondicional na construção da paz.
- f) Pela independência e autodeterminação do Saara Ocidental, cujo povo tem sido agredido constantemente pelo Imperialismo europeu, através da Monarquia Marroquina;
- g) A defesa da autodeterminação do povo coreano em luta pela reunificação pacífica da península coreana, com a retirada imediata das bases e do exército estadunidense da Coreia do Sul, o que impossibilita qualquer avanço para o processo de paz;
- h) Solidariedade a todos os povos em luta pelo direito à autodeterminação e soberania política das suas regiões!

América Latina: fortalecer a luta anticapitalista e anti-imperialista!

18. A ascensão de governos chamados “progressistas” na América Latina na última década fez com que muitos analistas e teóricos de esquerda apontassem para uma nova configuração no cenário latino-americano, colocando em uma mesma categoria processos de características muito distintas em curso no continente.

19. O final da década de 1990 e o início dos anos 2000 foram marcados pelo reascenso dos movimentos de massa no continente, principalmente em resposta às políticas neoliberais adotadas nas décadas de 1980 e 1990; essas ações produziram resultados muito diferentes em cada país. Em alguns se caminhou para a construção de um modelo de participação popular, com maior protagonismo do Estado, na perspectiva dos trabalhadores e confrontação aos interesses imperialistas; em outros a saída foi a conciliação de classes, chamado por alguns de social-liberalismo; e houve também a manutenção e a reorganização das oligarquias tradicionais no poder.

20. Podemos afirmar que países como Bolívia, Equador e Venezuela parecem ter avançado mais na construção de uma alternativa política com maior protagonismo popular e confrontação ao Imperialismo. Porém seria cometer um erro histórico afirmar que estes países são socialistas ou que caminham a passos largos na superação do capitalismo; as

mudanças que vêm ocorrendo nestes países se dão dentro da ordem do capital, não havendo uma ruptura com a mesma.

21. A possibilidade de Revolução nestes países depende da correlação da luta de classes. Ainda que muitos avanços tenham sido conquistados no campo social nos últimos anos, estes processos podem sofrer reversões.

22. Países como o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, como exemplo, consolidaram um rearranjo político que fez associar setores vinculados ao sindicalismo e aos movimentos sociais com a burguesia. Com nuances de maior intervenção estatal, estes governos têm se pautado por levar adiante um programa de desenvolvimento capitalista, que não reverteu, e sim aprofundou, as políticas privatizantes e de austeridade, desenvolvidas em maior ou menor grau em cada país.

23. Há também países onde oligarquias tradicionais têm se mantido ou se alternado no poder, sem abrir concessões a alianças com outros setores. Os casos mais notórios são o Colombiano, o Chileno e o Mexicano, onde governos conservadores têm hegemonizado a condução político-econômica destes países. O golpe que reconduziu as oligarquias ao controle político em Honduras insere-se neste contexto.

24. O caso colombiano merece destaque por ser o alicerce principal para a aplicação da estratégia de dominação continental da América Latina por parte do imperialismo dos EUA. A Colômbia é um Estado controlado pelo narcotráfico, pelo paramilitarismo e pelas agências de inteligência e dominação dos EUA. A criminalização das lutas populares é um fenômeno crônico e cotidiano. Atualmente são mais de 9.500 presos políticos no país, dezenas de milhares de desaparecidos e assassinados nas últimas décadas. No entanto, o povo colombiano não se entrega e segue construindo alternativas de organização e de luta. Um exemplo disso é a construção da Marcha Patriótica, que tem aglutinado dezenas de milhares de pessoas, de diversos setores progressistas e de esquerda, no sentido de lutar por uma solução política com justiça social para o conflito armado no país. A UJC apoia e se solidariza de forma militante com a Marcha Patriótica e todas as formas de luta protagonizadas pelo povo colombiano, devendo construir a agenda Brasil-Colômbia.

25. Os processos políticos na América Latina podem sofrer grandes variações com os desdobramentos da crise no continente. O aprofundamento de políticas de austeridade no continente tende a elevar os níveis de desigualdade e de desemprego, com conseqüente

deterioramento dos direitos e condições sociais dos povos latino-americanos. Nesta conjuntura, a criminalização e a repressão aos movimentos de massa também tendem a se agudizar, processo que já vem ocorrendo em vários países, inclusive no Brasil.

26. É preciso cautela ao analisar os rumos que o continente pode tomar. A correlação de forças indica que há uma tendência muito maior ao aprofundamento de políticas regressivas e antipopulares do que o contrário. A militarização do continente, com a ampliação das bases estadunidenses, a permanente circulação da Quarta Frota dos EUA, além da maior presença de governos que têm procurado imobilizar a luta de massas ou pela cooptação ou pela repressão, apontam para um cenário difícil para os revolucionários latino-americanos.

27. O último acontecimento na América Latina que ratifica o domínio capitalista sob o rumo dos países desse continente foi o golpe no Paraguai, destituindo o governo de Fernando Lugo. A UJC se posiciona de forma solidária com o povo paraguaio, pois sempre apoiaremos ativamente os povos em suas lutas contra o capital e o imperialismo, independente das suas formas de atuação. Denunciamos a negligência do governo brasileiro ao povo paraguaio. Os setores golpistas e as empresas como a Monsanto e a Cargill, os latifundiários, o governo estadunidense e a mídia internacional burguesa colaboram com a ditadura vigente, mantendo os interesses do capital. Nesse sentido, a UJC chama atenção para a necessidade de organizar comitês locais em solidariedade à luta do povo paraguaio, dando força aos atos e debates públicos, dos quais a UJC já participa, na perspectiva de fortalecer a rede de apoio da luta contra o golpismo imperialista no continente.

28. Os tão ufanados acordos de integração, por setores ditos da esquerda latino-americana – como UNASUL, MERCOSUL, CELAC – visam no fundo ampliar relações econômicas entre os países, procurando consolidar blocos que deem um maior poder de barganha na defesa dos estados nacionais aos monopólios que tem investimentos nos seus países.

29. A exceção é a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), que visa um processo de integração baseado na cooperação e no intercâmbio justo, na solidariedade, na soberania e na autodeterminação dos povos, numa perspectiva anti-imperialista, na qual Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua lideram um bloco formado por oito países.

30. Cuba segue cumprindo um papel fundamental como contraponto ao hegemonismo do capitalismo e do imperialismo no continente, sendo que os direitos fundamentais conquistados pela Revolução são inegociáveis. As atualizações do modelo econômico foram as saídas encontradas pelo povo frente ao bloqueio econômico que historicamente aflige a ilha, sendo o poder popular sua principal fortaleza.

31. Os jovens comunistas devem envidar esforços na construção e fortalecimento de um campo revolucionário no continente, que permita articular as lutas e a solidariedade, fazendo avançar a perspectiva revolucionária nos países da América Latina.

32. Neste sentido nossas principais bandeiras de solidariedade no Continente são as seguintes:

- a) Solidariedade com a Revolução Cubana. Pelo fim do embargo econômico imposto pelo EUA. Pela libertação e repatriação imediata dos Cinco Heróis cubanos (Antonio Guerrero, Fernando González, Gerardo Hernández, Ramón Labañino e René González);
- b) Fim da ocupação militar no Haiti, pela construção de formas de cooperação internacional que fortaleçam a soberania do povo haitiano;
- c) Solidariedade a todas as formas de luta protagonizadas pelo povo colombiano contra o Estado narco-terrorista que tem aprofundado sua política militarista e repressiva;
- d) Apoio às mobilizações estudantis e populares em curso no continente, especialmente no Chile e na Colômbia, que se opõem à privatização da educação e se colocam a favor da ampliação da educação laica, pública, gratuita, estatal e de qualidade;
- e) Solidariedade com os povos boliviano, equatoriano, venezuelano, nicaraguense, salvadoreño e portorriquenho em suas lutas pelo aprofundamento dos processos de transformação em seus países;
- f) Defesa da causa anticolonialista do povo e da juventude de Porto Rico;
- g) Pelo fim das bases militares estadunidenses. Fora Quarta-frota dos mares da América Latina. Fechamento imediato da Base de Torturas de Guantánamo;

CONJUNTURA NACIONAL

33. O atual processo de crise e recuperação do capital tem exercido um papel pedagógico importantíssimo. Seja, de certa forma, por desmascarar o ideal liberal (e neoliberal) do mercado autorregulador da vida social, evidenciando o verdadeiro papel do Estado enquanto mantenedor estritamente a serviço da manutenção da ordem burguesa (por exemplo, pelo assalto descarado às reservas públicas em benefício exclusivo do capital financeiro e dos monopólios); ou por tornar ainda mais claro e evidente como a classe dominante, quando em crise, não demonstra o menor pudor em colocar em marcha todo o aparato econômico e superestrutural para expandir e intensificar a exploração da classe trabalhadora, e subjugar qualquer sombra de insubordinação advindas delas ou de quaisquer classes integrantes e subsumidas na ordem social vigente (por meio de perseguições, criminalização, etc.).

34. Os capitalistas têm tomado todas as iniciativas possíveis para defender seus interesses e evitar a qualquer custo ações autônomas do proletariado. Neste sentido um dos principais elementos de manutenção da hegemonia capitalista se dá no uso dos aparelhos de Estado. Os governos de muitos países com peso na economia mundial, como o Brasil, evidenciam uma mudança tática na hegemonia burguesa, ao lidarem com o processo de crise do capital, anunciando e efetivando por meio do Estado medidas de incentivo ao crédito e ao consumo, ações de natureza protecionista visando garantir o nível de produção e a defesa de seus mercados internos e até buscando, de certa forma, atenuar as perdas no nível de emprego de forma a conter as ações da classe trabalhadora, mesmo que com isso acabaram acirrando, em alguns momentos, os conflitos.

35. Os governos do Partido dos Trabalhadores, ao invés de romperem com a lógica econômica do governo FHC, em essência, deram continuidade a ela. Se aproveitando do cenário internacional de crescimento da demanda mundial por bens primários (provocado pelos países asiáticos, sobretudo pela China) e da diminuição da oferta efetiva por manufaturas (dos países centrais em crise, vide EUA e os da Zona do Euro), privilegiaram ainda mais o desenvolvimento de tal setor, em detrimento ao setor manufatureiro, alcançando elevados índices de exportação das chamadas commodities (em dezembro de 2000 as commodities preencheram 54,1% das exportações brasileiras, 60,8% em Junho de 2003, 62,7% em Agosto de 2007 e 61,5% em Janeiro de 2008), como soja, minério de ferro, petróleo bruto etc. Para tanto, na agricultura, incentivaram o aumento da

concentração de terras (em 2003 os latifúndios dominavam 51,3 % das terra cultiváveis, em 2010 esse número chegou a 55,8 %), o uso de sementes transgênicas e, conseqüentemente, a elevada utilização de agrotóxicos, tornando o Brasil refém das grandes corporações do campo de insumos químicos (Monsanto, Bunge, Pfizer etc.), e o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Na área de minérios e combustíveis, o governo incentivou a terceirização da produção de petróleo, além de continuar a entrega de campos de petróleo e gás. Na mineração, houve um aumento na exploração de minérios, gerando um enorme impacto sócio-ambiental nas áreas próximas às minas.

36. Nos últimos anos, se por um lado se observam grandes taxas de crescimento da economia brasileira, é significativa também a monopolização das riquezas do país. Em 2009, o faturamento bruto dos 100 maiores grupos econômicos que atuam no Brasil correspondeu a cerca de 60% do Produto Interno Bruto (PIB). Se estendermos os dados, as cinco maiores empresas do Brasil (Petrobrás, Itaú SA, Bradesco, Banco do Brasil e JBS Friboi) registraram um faturamento equivalente a um quinto do PIB brasileiro.

37. Nesse sentido vale também mencionar o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e outros programas do governo petista, que visam “abrir caminho” infraestruturalmente para o crescimento do investimento privado. Do ponto de vista do consumo, há a formação de uma bolha econômica provocada pela elevação da oferta de crédito, que alimenta, por exemplo, a construção civil – Minha Casa Minha Vida – e o comércio varejista, e por outro lado o endividamento público calcado em empréstimos bancários a juros elevadíssimos.

38. Além disso, nestes primeiro meses de 2012 houve uma queda significativa de postos de trabalho e do nível de ocupação da capacidade produtiva. No entanto, graças a uma série de elementos que envolvem desde políticas econômicas extremamente favoráveis ao desentramamento do processo de reprodução ampliada do capital, o estrangulamento dos investimentos públicos essenciais à qualidade de vida da população em benefício do pagamento de juros e à formação de superávits primários magníficos aos olhos e à segurança da rentabilidade dos Capitais, além de uma grande contribuição devido ao momento objetivo do ciclo econômico no Brasil, o país pode ser registrado como um dos últimos países a entrar no processo de crise do capital e aquele que menos sentiu seus efeitos imediatamente.

39. Um elemento fundamental é que durante o período entre as décadas de 1980 e 1990, o Capitalismo no Brasil efetivou uma reestruturação produtiva que não somente alterou a estrutura produtiva, como também o padrão de acumulação de capital e o próprio perfil de composição e de organização da classe.

40. Juntamente com as significativas transformações na base produtiva brasileira, a partir do fim da ditadura empresarial-militar, a burguesia efetivou um processo de amadurecimento da superestrutura social, chegando, nos dias de hoje, à consolidação de um “Estado Democrático de Direito Burguês”.

41. A mudança no perfil do Proletariado brasileiro devido à reestruturação produtiva, aliada à consolidação do processo de cooptação de lideranças e organizações da classe trabalhadora, é fundamental para a compreensão do porquê de tamanha facilidade na implementação das medidas de interesse do capital durante o processo de crise no Brasil. As medidas tomadas pelos governos Petistas não somente fizeram com que os trabalhadores brasileiros pagassem a fatura inteira das tarefas de recuperação do capital, como também possibilitaram uma fronteira de expansão para os interesses do capital, tal o nível de desarticulação e de estranhamento dos trabalhadores em relação a seus interesses autônomos.

42. Fragmentada, desorganizada enquanto classe, institucionalizada enquanto categorias por instrumentos sindicais cada vez mais atrelados e umbilicalmente dependentes dos recursos do Estado, com uma pluralidade sindical estabelecida aos moldes do pensamento liberal e com Centrais Sindicais cada vez mais caracterizadas como correias de transmissão das políticas de Estado, a classe trabalhadora não teve como possibilidade exercer ações de resistência para além das imediatas e economicistas. Quando se aventurou por meio de alguma categoria a alçar voos mais altos, o proletariado demonstrou um grau de organização aquém das necessidades, além de enfrentar uma brutal repressão estatal com criminalização do movimento.

43. Cabe pontuar que é crescente a criminalização dos movimentos sociais no Brasil, tendência que deve se acentuar com a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas, como já demonstra a Lei Geral da Copa.

44. No processo de formatação deste último estágio da superestrutura brasileira – a consolidação de um “Estado Democrático de Direito Burguês” – não somente as demandas

e interesses do Proletariado foram canalizadas para a constituição de um “pacto social” com a Burguesia, mas também as demandas e contradições pertinentes à classe trabalhadora ou aos segmentos sociais em processo de proletarização. Obviamente que este pacto só existe porque segue em conformidade absoluta com os interesses exclusivos dos próprios capitalistas, com raríssimas concessões.

45. Neste sentido, a conjuntura em que vivemos na sociedade brasileira não seria somente de uma estrutura econômica capitalista completa, mas também do funcionamento de uma superestrutura burguesa consolidada, ou seja, de um processo de dominação burguês completo (econômico, político, jurídico e cultural). Porém todo processo de dominação convive com a resistência, mesmo que essa não esteja no formato das lógicas políticas institucionais. Ou seja, a dominação burguesa não significa que não tenhamos contradições, mas que a burguesia atingiu o auge de um processo histórico de dominação.

46. O Governo Dilma, em mais de um ano de governo, continua a atender prioritariamente as vontades e necessidades dos grandes banqueiros, empresas nacionais e multinacionais. Sob os argumentos de combate ao “retorno da inflação” e ao desequilíbrio das contas públicas, cortou cerca de R\$ 55 bilhões no orçamento de 2012 (atingindo, como sempre, as despesas com investimentos na área social), sendo que deste valor, o equivalente a R\$ 5.5 bilhões deixará de ser aplicado na Educação e R\$ 1.9 bilhões na Saúde, jogando nas costas dos trabalhadores e da juventude todo o peso dos efeitos do déficit promovido pelo governo.

47. O que não se cortou e, pelo que tudo indica não será cortado, são os gastos com o pagamento de juros da dívida brasileira, que já supera R\$3 trilhões. Só no ano de 2011, o Brasil retirou cerca de 194 bilhões de reais dos cofres públicos para pagar a dívida interna, deixando de investir grande parte do PIB na melhoria das condições de vida da população. No orçamento de 2012, 45,5% dos recursos (R\$ 708 bilhões) são destinados para o pagamento de juros e amortizações da dívida, enquanto que setores essenciais, como saúde e educação são destinados, respectivamente, 4,07% e 2,9% do montante; organização agrária e agricultura somam juntas 0,73%; segurança pública, 0,41%; defesa nacional, 1,77%; trabalho, 2,2%; habitação: 0%. A economia brasileira, mesmo sofrendo uma desaceleração em 2011, continuou sendo um paraíso para os mais ricos. Em contrapartida, a desigualdade social se aprofundou e o Brasil ocupa hoje a 70ª posição no ranking

mundial do IDH (Índice do Desenvolvimento Humano), além de permanecer na lista dos 10 países com maior índice de desigualdade social no mundo e 2º em concentração de terras de acordo com o Índice de Gini.

48. Lula deu continuidade à política macroeconômica da era FHC, aplicando políticas assistenciais como outra estratégia para o fortalecimento do mercado de consumo. Dilma segue a cartilha de Lula, com a diferença de que porá o pé no freio em relação aos gastos sociais, atendendo aos ditames do mercado mundial, em que a palavra de ordem é o ajuste fiscal. Essa política só faz rebaixar ainda mais a qualidade de vida dos trabalhadores e da juventude em todo o mundo para salvar os grandes capitalistas da crise criada por eles mesmos.

49. O Governo Dilma já anunciou a retomada dos leilões dos campos de petróleo e de áreas de exploração no pré-sal, mantendo a política de dilapidação da natureza brasileira, no momento em que o presidente dos Estados Unidos reafirma para o mundo a intenção de recuperar a primazia dos interesses estadunidenses e de suas empresas no mercado global. A continuidade do petismo frente ao Governo Federal deu sequência à transferência do patrimônio brasileiro em setores estratégicos para mãos da iniciativa privada, através da privatização dos aeroportos mais movimentados do país, e rodovias, por exemplo.

50. Com a ascensão de um novo modelo de Estado, adaptado às demandas do capital no final do século XX, abre-se um espaço para que o capital financeiro, excedente e sem lastro, possa investir em variados setores da economia brasileira. Este investimento faz com que o capital ganhe lastro na produção real da economia dando-o, agora, uma segurança. Complementa o interesse dos investidores, o arrocho orçamentário conduzido pelo Estado em busca do encerramento da crise inflacionária, com origem fiscal, fruto do "gigantismo" estatal. Estas delineações fazem com que se inicie um "processo de privatização" que vem ocorrendo no mundo desde meados da década de 1980 e, em especial na América Latina, depois do Consenso de Washington. O modelo "clássico", assim como o nome já diz, é a transferência, via venda, dos empreendimentos públicos às mãos do capital privado. Há, no entanto, outro tipo que pode ser denominado de concessão, no qual podemos incluir o sistema aeroportuário brasileiro. Em fevereiro de 2012 o governo Dilma, dá sequência aos ideais privatizantes de FHC e às práticas de Lula, fazendo concessão de três aeroportos brasileiros. Não se deve estranhar que estes são os mais rentáveis que estavam sob controle da Infraero, sendo responsáveis por 30% do total

dos passageiros, 57% do total das cargas e 19% das aeronaves em todo o País. Os demais setores, como a Educação, rodovias (pedágios), luz, eletricidade, água e a saúde, também estão envoltos nesta trama. Todos sofrem com o arrocho orçamentário que, aliado às necessidades dos megainvestidores, produz um discurso midiático e político que é parte inerente do fenômeno das privatizações em todas as suas formas.

51. A questão urbana – uso e planejamento do solo, moradia, saneamento, sistema viário etc. – tem se tornado uma das conexões fundamentais da financeirização da economia com a base real da produção do valor e de acumulação física de riqueza no território, aliada a formas de acumulação por despossessão, de privatização de fundos públicos e da riqueza social. Com o governo Lula e Dilma, expandiu-se o volume de recursos direcionados às questões urbanas, sobretudo ao circuito imobiliário – baseado no topo da pirâmide de rendimentos –, por meio do inédito Ministério das Cidades e outros. Mas, além do padrão absolutamente mercantil das políticas implementadas, assistimos a um sistemático incentivo, ao lado dos governos estaduais, para integração entre o capital financeiro, mercado de terras, legislação urbanística e redes de infraestrutura. Tudo isso só tem feito aumentar o ritmo e as possibilidades de especulação e, conseqüentemente, valorização desigual e concentração das terras, imóveis e serviços, contribuindo para processos de “higienização”, gentrificação, espraiamento e segregação urbana.

52. A questão dos transportes tem uma importância vital nesse aspecto. Setor infraestruturalmente estratégico no escoamento da produção, o transporte, nas suas mais diversificadas formas, é condição para o crescimento da acumulação de capital na produção interna. Por isso o setor vem sendo privilegiado em obras levadas a cabo pelo governo federal, que visam abrir espaço para o crescimento privado, como o PAC. Um olhar atento demonstra que praticamente todas as áreas de mobilidade são dominadas por empresas privadas (transporte aéreo, rodoviário, ferroviário e, principalmente, o transporte coletivo urbano), o que dificulta seriamente o acesso a elas por parte da classe trabalhadora. Nos últimos anos observamos uma reação de estudantes e trabalhadores contra o custo do transporte público nas cidades, cuja dependência atinge 45% da população. Surgiram movimentos pela redução do preço das tarifas, apontando em algumas vezes até para a necessidade de estatização do serviço. As empresas que dominam o setor, na maioria das vezes monopólios, fazem um lobby fortíssimo junto as prefeituras das grandes cidades, inclusive com financiamento de campanhas, obtendo assim o

privilégio de disputar licitações que não admitem concorrentes, pelas suas condições impostas. Além disso, essas empresas alegam uma falta de capacidade de manutenção do seu financiamento, aumentando regularmente o preço das tarifas, o que limita ainda mais o “direito à cidade” das camadas mais pobres da população, intensificando processo de segregação urbana.

53. Nesse mesmo caminho deu-se, debaixo de muitos protestos, a aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), como forma de privatização dos Hospitais Universitários, aprofundando ainda mais a precarização do trabalho, a queda na qualidade do serviço, impossibilidade de controle popular dessas instituições e ferindo a autonomia universitária. A crise da saúde é patente em todo o país, verifica-se o aprofundamento da mercantilização da saúde, com a terceirização dos serviços em vários estados, em favor das Organizações Sociais (OS), Fundações, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) e outras formas de privatização, transformando o direito à saúde pública, historicamente conquistado, em mera mercadoria.

54. Destacados movimentos de juventude, se posicionaram ao lado de movimentos sociais do campo e repudiaram também a aprovação do Código Florestal sob a passividade do Governo Dilma, o empenho do PCdoB e o lobby dos ruralistas brasileiros, o que significará uma licença do Estado para o desmatamento e a integração total do campo brasileiro aos ditames do agronegócio.

55. O Governo brasileiro tem que enfrentar demonstrativos da crescente insatisfação de diversos grupos sociais, tais como as manifestações de estudantes e de trabalhadores em protesto contra a elevação dos preços das passagens de ônibus em várias cidades do Brasil, nas quais a violência policial sempre se faz sentir.

56. As longas greves do funcionalismo público em especial a dos professores, greves dos trabalhadores nos Correios, de bancários e metalúrgicos demonstraram uma retomada expressiva das lutas, portanto questionadoras da dominação, sejam na defensiva pela manutenção de direitos e contra as péssimas condições de trabalho, seja para o avanço rumo a novas conquistas. Mas elas ainda são fragmentadas e na maioria dos casos foram freadas pelas ações dos Tribunais de Justiça local ou mesmo pelo STF.

57. Em que pese a correlação de forças desfavorável, o quadro político é de retomada da luta. A juventude e os trabalhadores brasileiros resistem à exploração de diversas formas.

Em 2011 e 2012 eclodiram em todo o país greves e manifestações populares, com destaque para as greves nas obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau (RO) e da ampliação do Complexo Industrial Portuário de Suape (PE), dos professores e estudantes pelo pagamento do piso nacional da educação em vários estados, como em Minas Gerais e no Ceará, profissionais da saúde e outras áreas. As greves de bombeiros e policiais militares também podem ser incluídas na busca por melhores condições de trabalho e por questões econômicas, ainda que com grandes diferenças regionais nos temas relativos ao papel repressor da polícia militar e sobre a desmilitarização desta instituição.

58. Em 2012, a greve dos professores, em mais de 95% das instituições federais de ensino superior, ganha ainda mais força com a entrada dos técnicos administrativos e estudantes. Esse movimento é reflexo do embate aos programas de contrarreforma universitária, colocando em xeque o modelo de educação que está posto. Cabe aos jovens comunistas se colocar enquanto contraposição a essa realidade, levando a bandeira do Movimento pela Universidade Popular para a discussão com o conjunto da sociedade, criando os germes da superação do capitalismo e da construção do socialismo.

59. Neste sentido, cabe às forças revolucionárias lutar para que a classe trabalhadora assuma organizadamente um protagonismo autônomo nos processos de luta, buscando garantir iniciativas que não se resumam às lutas imediatas e economicistas, mas que apontem para politizá-las, dar-lhes caráter mais geral, para a construção do poder popular.

60. Para tanto, o Proletariado e as forças revolucionárias não podem se perder nos marcos da institucionalidade Burguesa. Como exercício de propaganda do projeto societário dos trabalhadores e de amadurecimento da própria classe enquanto classe, serão necessárias inúmeras ações em toda a esfera institucional. No entanto, é na construção do poder popular, de mecanismos coletivos de controle econômico e de tomadas de decisão que se encontram as sementes da sociedade socialista.

61. Neste sentido, os comunistas, a UJC, e as demais expressões autônomas dos interesses proletários devem constituir um “polo” de atração ao projeto histórico dos Trabalhadores, buscando expressar os interesses proletários em todas as esferas onde se tenha atuação e participando ativamente, sempre que possível, de todas as ações de iniciativa de trabalhadores em luta contra o Capital. Para tanto, constituir uma frente permanente de caráter anticapitalista e anti-imperialista é o passo tático fundamental no

sentido de orientar e direcionar as lutas imediatas para uma perspectiva mais geral da luta de classes; dessas lutas, será formado um Bloco Revolucionário do Proletariado, construindo os espaços de Poder Popular, que é estratégico para a ruptura com o sistema vigente.

62. Na perspectiva de construção de uma frente anticapitalista e anti-imperialista, a UJC possui a necessidade de identificar os movimentos que resistem e se contrapõem à atual lógica hegemônica em andamento. Concomitantemente a este mapeamento, torna-se fundamental a inserção da juventude comunista nestes espaços, ampliando sua capilaridade nas lutas sociais que se travam no país, priorizando intervenções que fomentem a construção da unidade na luta.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

I. Caracterização Geral

63. Os comunistas caracterizam o movimento estudantil (ME) enquanto um movimento policlassista; isto é, os estudantes não formam uma classe social, mas um segmento composto por pessoas oriundas das classes existentes na sociedade. Encontramos nas escolas e nas universidades estudantes pertencentes às camadas mais pobres como das camadas mais ricas. Tal caráter policlassista não exclui, no entanto, que a formação dos estudantes se encontre segmentada. A maioria da população, composta pelas famílias trabalhadoras de baixa renda só tem opção de ter a formação do ensino médio por meio de uma educação pública precarizada. Assim, torna-se mais difícil o acesso dessa população ao ensino superior público, especialmente aos centros de excelência, enquanto a burguesia, formada em escolas privadas, encontra mais chances de aprovação no vestibular e assim tem o acesso facilitado.

64. Concebemos o ME como um movimento de massa, rejeitando tanto a visão de que o movimento compõe “uma imaginária vanguarda revolucionária” como a percepção de que ele deve se ocupar apenas de questões mais imediatas e corporativas, como se os estudantes não sofressem com as ações políticas e econômicas que são aplicadas na sociedade.

65. A organização dos estudantes cumpre um papel importante no aumento da consciência política da sociedade, visto que seus locais de atuação, as escolas e as

universidades, podem vir a potencializar uma análise crítica da realidade. Esta organização deve culminar na construção de entidades cujos eixos sejam: construção coletiva, articulação com os movimentos sociais, independência diante de direções, reitoria e governos, não-aparelhadas por partidos políticos e, por fim, pautar-se pela luta e combatividade.

II. Movimento Estudantil Hoje

66. A história do movimento estudantil brasileiro, em grande parte, foi construída em consonância com as lutas populares no Brasil. A participação dos estudantes nos debates políticos, principalmente nos anos 1950 e 1960, consolidou o movimento estudantil como uma das forças protagonistas em grandes mobilizações que visavam às mudanças profundas no Brasil.

67. Na história recente, principalmente a partir da década de 1990, as entidades estudantis nacionais, UNE e UBES, apesar de participarem de mobilizações importantes, demonstram a tendência geral de se descolar politicamente das suas bases, priorizando negociações e articulações pelo alto a uma política de massas combativa. Essa tendência se reflete, claramente, na queda do potencial efetivo de participação dos estudantes, uma vez que os únicos contatos da direção dessas entidades com a base se dão de maneira supérflua e despolitizada.

68. Há um falso consenso em torno de um novo pacto de crescimento do capitalismo no Brasil, aliado a políticas de “inclusão” e consumo das massas trabalhadoras. Consenso forjado pelo amoldamento a este pacto social de uma série de entidades da sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia) historicamente vinculados ao campo popular que mudaram seu comportamento e práxis política afetando significativamente a organização e o grau de alienação.

69. Assim, a UNE e a UBES, marcadas historicamente pelo alinhamento com as causas populares e contrárias ao modelo educacional mercadológico, se transformaram, neste processo histórico, em “correias de transmissão” do governo junto aos estudantes, em defesa da implementação de políticas educacionais e gerais vinculadas às demandas do “novo” ciclo de crescimento do capitalismo no país.

70. Exemplo disto é o apoio acrítico da UBES as políticas educacionais do Governo Federal, como à expansão de escolas técnicas no país, sem a mínima preocupação com relação às condições de ensino, permanência e condições de trabalho e estágio. A UNE, em especial o seu campo majoritário, se limita a apenas fazer apologias a programas como o PROUNI e o REUNI. Fora a constante institucionalização do movimento, resultando em alianças cada vez mais conservadoras, protagonizadas, principalmente, pelo campo majoritário da UNE, nas bases do ME.

71. Também é marcante a reprodução de práticas burocratizadas – pautadas pela lógica de disputa dos aparelhos das entidades – e a postura despolitizante das correntes majoritárias do movimento. Como exemplo destas posturas podemos citar a construção de entidades “cartoriais” – sobretudo em instituições de ensino privadas – que se caracterizam por reproduzir os desmandos de direções e reitorias, diminuindo o potencial combativo do movimento.

72. Em grande parte, isto se deve ao equivocado aparelhamento das entidades estudantis por diversas organizações. Entendemos com isso a substituição das pautas específicas dos estudantes pelas demandas destas determinadas organizações – algo agravado a partir do atrelamento de diversas organizações ao governo. Não queremos, com isso, afirmar que o movimento estudantil não deva pautar questões políticas gerais, mas acreditamos na necessária articulação entre estas e as pautas locais. Para os comunistas, a democratização da informação e das decisões assim como a participação das bases nas distintas entidades estudantis é um elemento central na garantia do dinamismo, pluralidade e influência da UJC no movimento real.

73. Deve-se entender que o fenômeno do aparelhamento transcende a prática de muitas organizações partidárias, pois se constituiu em um vício comum em tratar o público como algo privado, sendo encontrado em diversas regiões práticas de grupos anti-partidários ou “apolíticos”, no discurso, mas que uma vez ocupando as direções das entidades agem como se fossem “donos” das mesmas e promovem a mesma lógica de aparelhamento com outro conteúdo.

74. Devemos ressaltar também que a direita, em suas diversas matrizes, se utiliza dessa situação para atacar as organizações marxistas, tentando anular a influência que possam ter sob o movimento estudantil em determinada conjuntura, visando dificultar qualquer

ação que amplie a consciência política local ou organizar a luta efetiva na perspectiva de classe. Por isso muitas vezes, mesmo condenando essa prática, as organizações revolucionárias são atacadas com discursos moralizantes disseminados por essas organizações ou por agrupamentos preconceituosos, que reproduzem o senso comum.

75. Neste sentido, a UJC acredita que o atual cenário crítico do Movimento Estudantil não se deve apenas a uma conjuntura desfavorável ou por suas direções equivocadas. Acreditamos que o Movimento Estudantil atual, pautado apenas pela lógica de disputas de aparelhos, encontra-se **historicamente esgotado**. O falso dilema, colocado pelas tendências aparelhadoras, que polariza o movimento estudantil entre as entidades nacionais hoje existentes (UNE e ANEL), imobiliza grande parte da força do movimento em torno de disputas burocratizadas, e faz com que as ações do movimento sejam levadas por essas entidades com o único objetivo do acúmulo de forças para disputar o aparelho e não para a construção um projeto de educação e de sociedade.

III. A UJC e as lutas estudantis no último biênio

76. No último período se intensificaram os efeitos degradantes do capital na educação brasileira. A adequação da educação às demandas de mercado se choca com inúmeras demandas básicas para os estudantes. Cresce a necessidade de se construir um movimento concreto que questione o atual modelo educacional, através da positivação de um projeto contra-hegemônico: a educação popular. Foi esta perspectiva estratégica que pautou a nossa ação nos últimos anos no ME.

77. No último congresso da UNE, a UJC manteve a formulação anterior, de 2009. Criticamos a UNE e UBES, enquanto entidades amoldadas à atual ordem burguesa, enquanto aparelhos privados de hegemonia, em plena sintonia com os interesses de um novo ciclo de crescimento do capitalismo no país. Além das críticas, utilizamos os fóruns das entidades para propagandear as nossas bandeiras políticas e buscar a construção de um campo combativo no movimento estudantil, em torno da bandeira da Universidade Popular. Principalmente depois do segundo mandato do governo Lula da Silva, a UNE e a UBES passaram a ser fiadoras das políticas educacionais do Governo, limitando suas ações à propaganda das intenções, dos projetos e das ações do Governo nas universidades.

78. As correntes de oposição, que atuam nos fóruns da entidade se diferenciam em uma questão principal – a concepção de que a disputa deve se dar no interior da diretoria da UNE. A UJC, a JCA e a Juventude Livre, conforme a sua concepção da necessidade do movimento estudantil de fortalecer sua base em torno de um projeto contra-hegemônico para a Universidade, consideram errônea a estratégia elaborada por setores da “oposição” de privilegiar a conquista de cargos na UNE, dispendendo esforços na manutenção de uma entidade aparelhada, burocratizada e atrelada política e financeiramente ao Governo Dilma.

79. A Oposição de Esquerda da UNE (Juventude Rebelião e Correntes do PSOL) em nome de um crescimento ilusório no interior da entidade, cada vez mais aprofunda práticas institucionais marcadas pela disputa do aparelho em si, tendo grandes dificuldades em estabelecer uma unidade positiva de ação nas bases do movimento. No entanto, não podemos analisar este “bloco” de forma estanque. A Oposição de Esquerda é um “bloco” meramente pragmático no que concerne à sua atuação no interior da UNE. No último período conseguimos estabelecer unidade na ação com alguns setores deste “bloco. Não devemos descartar o diálogo e possíveis alianças programáticas com este setor nas distintas ações e entidades do movimento.

80. A ANEL, aparelho criado pela juventude do PSTU, reproduz a mesma lógica aparelhista perpetuada pela UNE, com a diferença de que, seu direcionamento político por vezes demonstra convergências conosco no interior da conjuntura nacional da educação brasileira, em algumas lutas concretas. Contudo, sua estratégia sectária e oportunista frente aos movimentos nos quais atua, faz com que essa entidade não priorize a reconstrução do movimento estudantil brasileiro amplo, democrático, massificado e a partir de um projeto contra hegemônico para a educação no país, priorizando a sua autoconstrução em detrimento do movimento, sabotando suas pautas, objetivos e ações.

81. Depois de alguns anos, parte do movimento estudantil optou por priorizar uma pauta não reativa para o movimento, ao se esforçar na elaboração de um projeto de universidade e educação vinculado à classe trabalhadora. O Seminário Nacional de Universidade Popular (SENUP) foi uma experiência extremamente proveitosa e enriquecedora para o ME brasileiro, podendo se converter em um amplo movimento contra-hegemônico ao projeto do capital para a educação. A atuação da UJC foi decisiva para o sucesso do encontro: além de dar abrangência nacional ao evento, conseguimos

garantir a amplitude, pluralidade e combatividade dentro de uma perspectiva anticapitalista. Outro elemento importante foi o avanço da unidade de ação entre as juventudes comunistas (UJC e JCA), efetivando na prática uma aliança prioritária que deve demarcar a UJC na efetivação do movimento nacional pela universidade popular.

82. Também devemos destacar as inúmeras ocupações de reitorias vitoriosas, em sua maioria sem a influência e presença dos setores governistas, que ocorreram nos últimos dois anos. Ocupações que sintetizam as lutas por assistência estudantil e em defesa das universidades públicas, sobre as quais repercutiram as medidas de sucateamento da educação pública nas esferas estaduais e se intensificando, ainda mais, com o corte de verbas na educação (cerca de 1 bilhão de reais) e em outros serviços sociais básicos proposto pelo governo Dilma no ano de 2011 e aprovado no congresso nacional. A participação da UJC em diversos processos pelo país (RS, PR, SC, RJ, SE, AL, DF) demonstra o nosso crescimento qualitativo e a inserção dos nossos militantes nas lutas cotidianas, mas ainda carecendo de uma melhor articulação nacional.

83. Ainda sobre as ocupações de reitorias, estes movimentos conseguiram imprimir uma grande renovação dos ativistas críticos no movimento estudantil. Todavia, se fortaleceram tendências oportunistas no movimento em nome de um aparente “radicalismo”. Estas tendências devem ser fortemente combatidas pelos comunistas através da real organização dos estudantes pela base e suas entidades, mantendo a pluralidade, a democracia e a luta por demandas objetivas na pauta do ME.

84. A campanha pelos 10% do PIB para a educação, a qual conta com o nosso apoio, vem sendo marcada pela divisão entre a campanha “chapa branca” e excessivamente institucional capitaneada pelos setores governistas com protagonismo da UJS e a campanha que, ainda que puxada por setores combativos, apresenta-se marcada pelo hegemonismo e sectarismo da CSP-Conlutas e ANEL.

85. O excessivo aparelhamento desempenhado pela CSP-Conlutas resultou no isolamento e na despolitização da campanha, tendo como resultado apenas o formalismo de uma votação. Setores importantes do movimento organizado não participaram da construção e efetivação da campanha, como o MST, a Intersindical (PCB e setores do PSOL) e outros movimentos sociais.

86. Contudo, com a recente virada política no ANDES, podemos deslumbrar um horizonte mais amplo, democrático e no bojo da luta anticapitalista para a campanha, tendo os comunistas papel fundamental na articulação política e questionamento do atual modelo de educação pautada para as necessidades do grande capital, vinculando esta luta por outro modelo de educação subordinado aos interesses da grande maioria da população.

87. Nas universidades privadas é sentida com mais intensidade a face cruel da expansão sem freios e da movimentação desregulada de capitais, no grande negócio que se transformou o ensino superior privado no Brasil. A mercantilização é acompanhada da financeirização da educação superior: grandes grupos movidos pelo capital internacional, verdadeiros conglomerados monopolistas, progressivamente têm entrado no Brasil. Esta modificação qualitativa e quantitativa faz com que surjam movimentações entre os professores e estudantes destas universidades: contra o aumento abusivo das mensalidades, demissões em massa de professores, falta de democracia, etc.

88. Entretanto, o que predomina nas universidades privadas é o quadro de desorganização dos estudantes, cujos principais determinantes são a exigência de patamares de desempenho acadêmico mais elevados, a constante ameaça de perda de bolsas que definem seu acesso ao ensino superior, o frequente entendimento enquanto desprivilegiados no que se refere à sua inserção no sistema educacional brasileiro, o caráter opressor da direção e a frequente dupla jornada de estudo e trabalho; sendo que as duas últimas dificuldades também são compartilhadas por estudantes de universidades públicas.

89. No movimento secundarista, o amoldamento das entidades gerais ao projeto hegemônico da burguesia e a ausência de grêmios, por motivos variados, desarticulam e imobilizam a organização dos estudantes secundaristas. No entanto, no último período observamos inúmeras manifestações espontâneas de estudantes secundaristas contra a precarização e aumento das passagens (na maioria das cidades do país, o passe livre não é um direito assegurado) e polêmicas suscitadas pelo “Novo Enem”.

90. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 pelo Ministério da Educação do Brasil com o objetivo de ser utilizado como ferramenta para avaliar a qualidade geral do ensino médio no país. Posteriormente, o exame começou a ser utilizado

como prova para acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras através do SiSU (Sistema de Seleção Unificada). A prova também é feita por pessoas com interesse em ganhar bolsas integrais e/ou parciais em universidades particulares através do ProUni (Programa Universidade para Todos). A partir de 2009, o exame serve também como certificação de conclusão do ensino médio.

91. Em 2009, a partir de proposta do Ministério da Educação, o ENEM está unificando os vestibulares das universidades federais a partir de um novo modelo de prova. O argumento do governo é o de estabelecer uma unidade nacional sobre o sistema concorrencial para a entrada nas universidades federais, baixando os custos para os candidatos e favorecendo a migração estudantil pelo país. Esta mudança, se juntando aos diversos erros administrativos na aplicação das provas, está desencadeando uma série de debates e manifestações entre os estudantes. Debates, ainda, hegemônicos pela defesa intransigente deste novo formato pelas forças governistas.

92. É dentro deste cenário que a União da Juventude Comunista deve definir as suas linhas de atuação no movimento estudantil, em consonância com a estratégia socialista amadurecida entre os comunistas brasileiros e a tática de acumulação de forças, se inserindo nas lutas que hoje tencionam com a lógica do capital.

IV. Plano de ação da UJC para o movimento estudantil universitário e secundarista

93. Desde o Congresso de Reorganização (2006), a UJC vem desenvolvendo um debate profundo sobre os caminhos que deve percorrer no que diz respeito a sua atuação no Movimento Estudantil. Diversas posições confrontaram-se nos últimos anos, principalmente no que diz respeito à nossa participação nas entidades representativas do Movimento Estudantil (principalmente UNE e UBES), visões que iam desde a ruptura até a adesão cega e acrítica a estas entidades.

94. Nos últimos dois anos, a UJC ampliou sua participação e influência em diversos centros acadêmicos e alguns DCE's pelo país. A prioridade de nossa ação deve continuar sendo o fortalecimento de nossa ação nas entidades de base do movimento, construindo o necessário projeto de universidade que atenda nossa população e produza conhecimento

vinculado às necessidades das classes populares, tendo como estratégia a Universidade Popular.

95. No bojo deste acúmulo, a prioridade política da UJC na frente de movimento estudantil é o fortalecimento e edificação do movimento nacional por uma Universidade Popular, a partir do trabalho de base nos grêmios, diretórios centrais e centros/diretórios acadêmicos. O SENUP foi um expressivo encontro político para o estabelecimento de linhas consensuais mínimas; contudo, como desdobramento o GT nacional ainda carece de maior organicidade e expressão nacional, sendo ainda reinantes diversas iniciativas locais e fragmentadas.

96. Nesta linha, a intervenção dos estudantes (universitários e secundaristas) comunistas deve potencializar a articulação das pautas do movimento universitário com as próprias demandas objetivas da classe trabalhadora. Por isso, devemos buscar o permanente diálogo e ações em conjunto com movimentos populares, sindicatos combativos, outras organizações e entidades vinculadas à classe trabalhadora. Essas articulações não devem limitar-se a necessidades conjunturais e pragmáticas (como mobilizações, greves, eleições), mas estender-se à construção do projeto de Universidade Popular, através da inserção dos estudantes e trabalhadores em experiências relacionadas com as problemáticas de nossa sociedade, ao mesmo tempo inserindo nosso povo e suas formas de organização no espaço e contexto da universidade (projetos de alfabetização popular, brigadas estudantis de saúde, estágios de vivência).

97. Nos DCE's devemos defender reformas nas organizações estudantis que aprofundem o processo de construção democrática e combativa, em que o poder possa também ser exercido por Conselhos das Entidades de Base, dentro da perspectiva de fortalecimento e reconstrução do movimento estudantil brasileiro pela base.

98. Devemos intensificar ainda mais a organização de Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos nas universidades e Grêmios nas escolas. A garantia da organização pela base do movimento, de forma democrática e combativa, é elementar para a reconstrução e fortalecimento do movimento estudantil com as distintas experiências e demandas dos estudantes.

99. A UJC conseguiu ampliar a sua ação, ainda que de forma dispersa e fragmentada, nas Federações e Executivas de curso em diversas áreas como: Letras, Medicina, Ciências

Sociais, Filosofia, Agronomia, História, Medicina Veterinária e Serviço Social. A UJC deve ampliar sua participação, articulada nacionalmente, no chamado movimento de área (Executivas e Federações de Curso), fomentando a necessidade de extrapolar o debate meramente corporativo sobre a formação profissional, associando-o a questões relacionadas ao mundo do trabalho e às políticas gerais.

100. A UJC deve fortalecer a sua ação nas universidades privadas, entendendo as mediações e as pautas específicas. A intervenção dos comunistas neste espaço é dorsal para o fortalecimento de um movimento real que se contraponha à mercantilização da educação. A luta pelo controle popular das instituições privadas e a estatização das instituições em falência também devem ser bandeiras em nossa intervenção.

101. A pós graduação nas universidades públicas sofrem um longo processo de mudanças desde a década de 1990 com as reformas levadas a cabo pelo governo FHC. Fruto de uma concepção neoliberal de universidade, e hoje, um de seus pilares de sustentação, o surgimento do novo Modelo Capes de Avaliação, em 1997, acabou por submeter a possibilidade do financiamento das pós graduações ao cumprimento de metas e avaliações estipuladas pela CAPES e outras agências públicas de fomento. Esse fenômeno somado a uma significativa redução do financiamento direto do fundo público estatal introduziu a necessidade da competitividade entre e dentro das universidades. A partir daí se observou uma rápida precarização do trabalho docente (tendo esse que complementar o seu salário defasado se submetendo às avaliações e a necessidade de competitividade; o privilégio de determinadas áreas para o financiamento, na maioria das vezes atendendo a interesses ditados pelos governos ou por outros financiadores, até mesmo privados e empresariais; a simplificação da estrutura de ensino com a rápida formação e o abandono das graduações; o surgimento de financiamentos privados de pesquisas no interior das universidades públicas através das famigeradas fundações de apoio; e a redução da autonomia institucional na medida em que a própria instituição passa a ser controlada pela necessidade de busca de recursos.

102. No Movimento Estudantil Secundarista, a UJC realizou simultaneamente aos Congressos da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas de 2009 e 2011 dois Seminários sobre Movimento Estudantil Secundarista. Embora estas atividades tenham tido dimensão local, foram importantes no sentido de acumular experiências na busca de nossa reinserção no movimento estudantil secundarista nacional. No próximo período, a

UJC necessita aprofundar suas análises sobre o quadro da educação básica no Brasil e fortalecer sua atuação pela base no movimento estudantil secundarista brasileiro, sendo essa uma de nossas prioridades.

103. A formação de Grêmios Estudantis e a reconstrução e/ou construção de entidades gerais a nível municipal são tarefas importantes para contribuirmos na reorganização do movimento estudantil secundarista no Brasil. O papel dos Grêmios Estudantis nas entidades gerais deve ser ampliado, fortalecendo o vínculo das entidades gerais com a base do movimento.

104. A representação de classe nos locais onde houver Centro Acadêmico ou Grêmio, pode ser utilizada para potencializar o trabalho dessas entidades, no entanto não deve se configurar enquanto uma instância intermediária entre a entidade e sua base. Nos locais onde não houver entidade de base organizada deve-se estimular os representantes de classe a criá-las.

105. A UJC deve continuar a participar dos processos de congresso da UNE e UBES, sem ilusões em relação a disputas internas e por cargos, tendo como prioridade a propagação e o acúmulo de forças do campo político de luta pela universidade popular e a necessidade de reconstrução do movimento estudantil brasileiro pela base.

106. No que tange ao uso do ENEM como parâmetro de uso seletivo para a entrada de estudantes nas universidades federais, a UJC deve ser crítica e contrária, uma vez que temos exata dimensão que o problema do acesso à universidade não é uma questão administrativa. Compreendemos o problema do acesso à universidade como uma questão total do sistema educacional brasileiro, passando pela precariedade e desnivelamento na educação de base até a universidade. Ou seja, é um problema oriundo das perversas desigualdades, inerente a uma sociedade pautada pela contradição de classe.

107. Defendemos o fim do vestibular e o acesso universal à universidade, medida calcada em uma profunda reforma na educação de base, a qual viabilize a universalização do ensino público, gratuita, laica, de alta qualidade e popular. Ou seja, a questão de acesso à universidade não é um debate de aplicação focal de políticas educacionais, mas uma questão total (universal) que coloca em xeque o atual modelo de educação em vigor no país.

108. A Organização Latino-Americana e Caribenha dos Estudantes (OCLAE) é a entidade que representa os estudantes secundaristas, universitários e pós-graduandos de toda a América Latina e Caribe. Contudo, a UJC não vem participando dos congressos da OCLAE. Entretanto, várias entidades estudantis, hegemônicas por integrantes de juventudes comunistas e revolucionárias, participam da OCLAE. A União da Juventude Socialista do PCdoB, através da UNE, UBES e ANPG, vem direcionando os espaços da OCLAE, influenciando nos rumos da entidade. A ausência de nossa atuação nas direções destas entidades nacionais não impede nossa participação nos fóruns da organização latino-americana. A UJC deve retomar sua participação nos fóruns da OCLAE, fortalecendo o papel desta entidade no combate à mercantilização da educação e na condução de campanhas e ações de caráter anti-imperialista e anticapitalista.

109. A UJC necessita reatualizar e aprofundar uma série de debates cotidianos da frente de movimento estudantil que devem estar em pauta no movimento no próximo período, como, por exemplo, cotas raciais e sociais, reservas de vagas, monopólio das carteirinhas pela UNE, dentre outras coisas. Por isso, é fundamental organizarmos o II Encontro Nacional dos Estudantes da UJC. Tal encontro, consultivo, terá como objetivo acumular debates específicos e aprofundar a organização nacional estudantil da UJC.

A UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR

Um breve histórico:

110. O debate e a luta por uma universidade e educação popular, em nosso país e no mundo, não é algo novo e exclusivo de nossa organização. Reivindicar tal projeto nos impõe uma grande responsabilidade em assumir uma extensa gama de contribuições teóricas e práticas que foram desenvolvidas.

111. Os modelos universitários e educacionais sempre guardam relação profunda com as formas societárias que lhes abrigam e refletem a luta entre interesses e perspectivas das classes em disputa em cada momento histórico. Foi assim na experiência Inglesa nos séculos XVII e XVIII, quando se tentou inserir novos conteúdos, adequados aos interesses burgueses em formação, mantendo-se a velha forma da Universidade medieval baseada no conhecimento como revelação e domínio de poucos iluminados. No século XIX, na consolidação da revolução burguesa na França, exige-se do conhecimento e da

Universidade que forme os profissionais do Estado, que desempenhe uma função prática e útil ao desenvolvimento do capitalismo.

112. No século XX, em nossa América Latina, um elemento da moderna concepção de Universidade emerge. Além do conhecimento acumulado, da formação dos profissionais e locus da pesquisa, a Universidade seria chamada a olhar para a sociedade real e suas demandas, dialogar com o conhecimento produzido fora dela e enfrentar as lutas sociais que exigiam que rompesse seu casulo. Um dos momentos decisivos deste processo se dá na Argentina em 1918, na esteira de acontecimentos como a Revolução Mexicana e a Revolução Russa. Protagonizada por uma revolta estudantil na cidade de Córdoba, a Universidade foi sacudida pela exigência de democratização, eficácia e um papel mais atuante na sociedade.

113. O Movimento foi marcado pela estreita ligação com lutas sociais mais amplas, elemento determinante que se expressou em diversos movimentos progressistas pelo mundo. O resultado desse movimento foi o surgimento da chamada extensão universitária, com a finalidade de levar à Universidade as reais demandas da maioria dos que estão de fora dela.

114. Nos países que vivenciaram/vivem as experiências da transição socialista como na URSS e Cuba, observamos outra concepção de universidade e educação. O acesso universal, a alta qualidade e a estreita vinculação com as demandas sociais básicas, permitiram realmente se formar universidades e escolas enraizadas institucionalmente ao poder dos trabalhadores. No entanto, tais experiências no campo da educação foram marcadas por um “novo” tipo de divisão do trabalho, como, por exemplo, em Cuba, onde se formaram níveis elevadíssimos de educação e cultura, mas carece avançar na unidade entre o trabalho intelectual e manual em dada a sociedade. É fundamental a UJC coletivamente avançar no estudo das experiências da educação socialista em suas diversas matrizes.

115. No Brasil, em alguns momentos, chegou-se a deslumbrar pautas e movimentos que aproximaram a universidade com as demandas sociais básicas da classe trabalhadora. No início da década de 1960, o movimento estudantil organizava os “Seminários Nacionais pela Reforma Universitária”, sendo que em três edições as análises, elaborações

estratégicas e tarefas táticas orientaram-se pela ideia da aliança operário-estudantil-camponesa.

116. Durante a ditadura empresarial-militar, os movimentos que defendiam a concepção de educação popular foram duramente perseguidos pelo regime autoritário, tendo ocorrido várias prisões, exílio e, inclusive, assassinatos de estudantes e professores. Na década de 1980, em um período de intensificação da luta de classes no país, tivemos a experiência do camarada Horácio Macedo como reitor da UFRJ. Apoiado por uma frente política progressista, composta por representantes de partidos e grupos políticos progressistas e de esquerda organizados e personalidades acadêmicas, surgiu no bojo do movimento e seu programa refletia as principais reivindicações da comunidade acadêmica, tendo obtido apoio e participação efetiva da maioria dos professores, servidores técnico-administrativos e estudantes.

117. A gestão de Horácio foi grandemente marcada pela criação de programas de extensão, institucionalmente integrados, a partir da Reitoria, voltados, principalmente, para as comunidades de baixa renda circunvizinhas a ilha do Fundão e outras áreas da cidade do Rio de Janeiro. Áreas como educação (formação profissional e aceleração de aprendizagem), nutrição (estudos e programas de ação nas comunidades), medicina e odontologia (levantamentos e ações diretas, em postos avançados, nas comunidades), urbanismo (ações diretas de planejamento nas áreas carentes), educação física (iniciação esportiva, programas para idosos e gestantes), ciências sociais (censo nas áreas carentes) e muitas outras, como na divulgação cultural e a popularização da ciência.

118. Foi uma gestão que mostrou ser possível a combinação de formas de luta diversificadas para o avanço da luta por transformações sociais, mesmo em meio a muitas dificuldades, limitações, oposições e incompreensões, deixando um saldo de modelos de organização e ação institucional e um significativo acúmulo cultural e ideológico.

119. Estas experiências e lutas históricas nos permitem compreender a universidade enquanto um *aparelho privado de hegemonia*, um espaço policlassista, de disputa política, cultural e ideológica, seja no plano da sua direção central, nas suas unidades, departamentos, programas e em outras esferas de seu funcionamento.

120. Mas um aparelho privado de hegemonia correspondente às formas históricas e estruturais da sociedade burguesa. Classe burguesa que busca, incessantemente,

demonstrar seus interesses particulares enquanto universais, para toda sociedade. É neste complexo entendimento da relação estrutural e histórica do capitalismo que procuraremos compreender a formação da educação e da universidade no Brasil.

A Universidade brasileira:

121. A universidade e educação brasileira não estão imunes às forças dinâmicas que compõem a sociedade. Por conta do desenvolvimento capitalista tardio, a correlação de forças (quase sempre bastante favorável às classes dominantes) e as especificidades histórico-sociais, tanto a universidade quanto a compreensão da educação pública, enquanto direito e dever do Estado, são questões relativamente “novas” para a sociedade brasileira.

122. No Brasil, a Universidade “nasceu” de forma tardia durante a primeira metade do século XX, para atender aos interesses dos diversos segmentos das classes dominantes e a demanda por formação dos gestores na direção política do estado capitalista. A educação pública e gratuita, enquanto um direito universal e dever de estado aparecem apenas na constituição de 1988, justamente em uma conjuntura de maior efervescência das lutas populares.

123. A compreensão elitista de universidade, que se sustenta desde os primeiros cursos de direito e medicina, permanece até a década de 1960, onde o movimento estudantil (conforme já citamos) formulou uma pauta qualitativamente nova: “Pra quê e pra quem se faz a Universidade? Os estudantes vão lembrar à universidade que seu conhecimento é necessariamente coletivo e deve voltar aos seus verdadeiros donos, ao conjunto da sociedade”. O referencial para essa alteração é a Universidade de Córdoba.

124. Movimento que se vinculava às reformas estruturais na sociedade brasileira, no entanto brutalmente vencido pelo golpe empresarial-militar de 1964. O sentido da universidade é para a formação de uma elite voltada para a modernização da sociedade brasileira, a partir das demandas do capital monopolista (reforma de 1968). Neste cenário se fortalecem o caráter tecnocrático e da competição por desiguais da universidade, se sintetizando no vestibular para ingresso no ensino superior. Podemos afirmar que este processo plantou as bases do sistema educacional atual, intensificando o atendimento das exigências de formação de força de trabalho para as empresas capitalistas.

125. Na década de 1980, o processo de intensificação das lutas sociais no país muda a correlação de forças qualitativamente. Esta conjuntura também repercute no ensino superior, na constituinte exige-se da Constituição a universidade como um espaço público, autônomo e que articule ensino, pesquisa e extensão.

126. Contudo, o capitalismo em escala mundial já passava por mais uma crise, provocando a chamada “reestruturação produtiva”. O capital necessitava de outro modelo de Estado, pois o modelo estatal de gestão seria custoso, pesado e pouco dinâmico; segundo os capitalistas que desejavam manter o *status quo*.

127. Durante a era FHC, abre-se um conjunto de reformas na universidade com base nos receituários neoliberais de diversos organismos internacionais (FMI, BIRD, Banco Mundial, dentre outros) através da expansão de instituições privadas e do corte do financiamento das universidades públicas. A reforma do Estado do governo FHC, grosso modo, determina a não prioridade do Estado na manutenção de serviços como saúde, educação, transporte, incorrendo em facilidades legislativas e fiscais (especificamente no ensino superior, exemplo disso é o Decreto nº 2306/97 que reconhece a educação superior como bem comercializável) para a exploração desses serviços pela iniciativa privada. A universidade entra nessa tendência com o aumento exponencial de instituições privadas (de 670, em 1997, para 764, em 1998. Já em 2003, 1.652, no governo Lula, e, em 2006, 2.022) seguido pelo surgimento de grandes conglomerados de universidades mercantis, voltadas exclusivamente para a obtenção de lucro e associadas ao investimento do capital financeiro internacional. (Laureate International Universities, Grupo Whitney, A Universia do Banco Santander etc.).

128. A expansão desses grupos redefine o perfil do Ensino Superior no Brasil se associando aos rumos tomados pelas Universidades Públicas desde então. Alvo de ataque das mesmas reformas neoliberais, as universidades públicas, consideradas agora como “serviço não exclusivo” do Estado, passam a experimentar reduções brutais no seu orçamento e, portanto, passam a buscar novas fontes de recursos, não ligados ao financiamento estatal. Nesse sentido, toda a universidade passa a se reestruturar. Sua gestão passa a ser quase que uma flexível gestão empresarial de otimização da produção. A tônica que a orienta é a simplificação da estrutura de ensino, com ataque aos currículos dos cursos de graduação, redução dos custos por aluno, baixos gastos com assistência estudantil, etc. Ao mesmo tempo surgem as famigeradas Fundações, para a captação de

recursos externos. Mais e mais a universidade tem que submeter seu conhecimento a prestação de serviços em consultorias para empresas, governos e etc. Complementando esse cenário de falta de investimento do fundo público, surge o Modelo Capes de Avaliação e as Agências públicas de fomento (FAPESP, Fundação Araucária/PR, CAPES/CNPQ), que subjugam a produção feita na pós graduação das universidades públicas a uma avaliação como condição de acesso ao financiamento. As consequências desse modelo são nefastas, sobretudo para os docentes.

129. Hoje, 76,6% dos estudantes estudam nas universidades privadas, enquanto apenas 23,4% cursam as universidades públicas. Na região sudeste, onde está a maioria dos estudantes universitários, as universidades privadas são responsáveis pelo atendimento de 81,9% dos estudantes, enquanto a rede universitária pública atende apenas 19,1% dos estudantes universitários brasileiros. 90% das instituições de ensino superior no país são privadas, cabendo ao setor público a mirrada parcela de 10%! (Dados do próprio MEC)

130. Muito contribuíram para tal crescimento programas como o FIES e o PROUNI, verdadeiros mecanismos garantidores dos interesses do empresariado da educação, favorecido com a renúncia fiscal antes restrita às instituições, ditas filantrópicas, e com a entrada de novos estudantes bancados pelo Estado. Tais medidas já representavam uma resposta em socorro das instituições privadas, à crise desenhada em função da expansão recorde nos anos anteriores, resultando na inadimplência generalizada dos estudantes e na grande quantidade de vagas ociosas nas faculdades e universidades particulares.

131. Nas instituições públicas é cobrada a eficácia, relacionada ao cumprimento de metas, sem estourar as receitas. Quando se estabelece isso, o debate se vicia. Não se faz uma discussão do conjunto do fundo público e como estão sendo gastos os recursos. Não se fala dos bilhões para o pagamento dos juros da dívida. Não se fala em vincular a verba da Educação ao crescimento do PIB. Restrito isso, fica aberto o debate puramente administrativo, a mercantilização. Surgem as fundações, como não se pode ter investimento privado direto, cria essa excrecência, capacitada para receber verbas e oferecer projetos – seja através das fundações ou das agências de fomento – e inicia-se uma corrida pelas verbas.

132. Outros fenômenos de adequação do ensino superior público às demandas do capital também ocorrem, como os chamados “cursos pagos”. Tais cursos intensificam o

atrelamento e a privatização do espaço público da universidade. É a chamada privatização “por dentro” da própria universidade.

133. A implementação prática do Ensino à Distância no Brasil tem colocado por terra o falso discurso de uma suposta modernização do ensino. Essa prática tem demonstrado claramente que seu objetivo é, por um lado, a maximização dos lucros das universidades privadas e, por outro, a contenção dos gastos nas universidades públicas. Isso tem resultado na redução do quadro de professores, no aumento da exploração e na precarização das condições de trabalho dos docentes.

134. É notório afirmar que neste último ciclo, a educação brasileira aprofundou o seu caráter de entrelaçamento com as demandas do capital. Um aparelho privado de hegemonia, estratégico para a burguesia, um dos pilares da expansão da acumulação do capital, vide a expansão do ensino superior privado e o remodelamento das instituições públicas, como também da propagação ideológica e cultural, apologética ao “novo” ciclo de crescimento do capitalismo brasileiro.

135. Hoje a luta contra o capital na educação e universidade não se restringe as bandeiras históricas de: pública, gratuita, socialmente referenciada e de qualidade. Os limites da universidade e da educação são os limites da própria ordem burguesa. Hoje, a universidade é pública, ou seja, de todos e, portanto, tem que haver uma disputa entre os indivíduos para ocupar suas vagas e só os mais capazes é que lá chegam, levando a meritocracia e o vestibular como forma natural de acesso; é mais ou menos democrática em sua gestão (ainda não se superou totalmente os entraves e entulhos da Ditadura como as listas tríplices na eleição de reitor e uma paridade duvidosa na representação dos segmentos da comunidade universitária); articula as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, inclusive por força constitucional (artigo 207 da CF) e, o que pode parecer um paradoxo, responde às reais demandas da sociedade, uma vez que estamos na sociedade do capital.

136. Neste sentido, a UJC compreende a luta por uma Universidade Popular como central na construção da contra-hegemonia proletária. Uma tarefa que constitui suas três frentes de atuação, dadas as suas especificidades. A luta por uma universidade popular deve superar o isolamento político e social das forças progressistas na universidade, deve

procurar cada vez mais a aproximação com as principais pautas e necessidades dos movimentos da classe trabalhadora.

A Universidade Popular

137. Seguindo o entendimento da Universidade como aparelho privado de hegemonia, local de reprodução do saber, da formação profissional e da ideologia dominantes, um instrumento da hegemonia burguesa, qual o papel de um movimento por uma Universidade Popular? Não pode ser a pretensão de que se altere este caráter no âmbito universitário sem que se alterem seus fundamentos, ou seja, as relações sociais de produção e as formas de propriedade próprias da ordem do capital. Neste sentido, o movimento por uma Universidade Popular é um movimento contra-hegemônico.

138. Devemos levar as necessidades da classe trabalhadora para a universidade. Na prática, isso significa uma defesa intransigente do caráter público da universidade contra suas deformações mercantilizantes e privatistas em curso; não uma convivência formal entre ensino, pesquisa e extensão, mas sua efetiva integração; a recusa em aceitar uma formação profissional rebaixada convivendo com as ilhas de excelência, mas tomar de assalto a universidade e dotar de toda a complexidade e riqueza do conhecimento como condição de execução das diferentes frentes de ação profissional; romper os muros universitários não para levar conhecimento aos “menos favorecidos”, mas para constituir uma unidade real com a classe trabalhadora.

139. A UJC deve formular a universidade popular como:

- a) uma instituição de não-mercado, tendo seus esforços de ensino, pesquisa e extensão definidos a partir das necessidades da classe trabalhadora.
- b) estatal, gratuita, laica e de acesso universal; o sistema universitário público deve passar por uma franca expansão, balizada, entretanto, e necessariamente, pela exigência de alta qualidade;
- c) amplamente democrática, entendendo que, por ser uma instituição complexa, sua condução deve ser exercida de forma colegiada, respeitando-se suas características intrínsecas e contemplando-se todos os seus segmentos, assim como as principais representações da classe trabalhadora;

- d) financiada plenamente pelo orçamento estatal, garantidos os recursos para sua correta manutenção e sua franca expansão;
- e) em substituição ao modelo atual, deve ser criado o sistema nacional de universidades autônomas, para a garantia de elevados padrões de qualidade para todas as instituições, em meio à sua diversidade;
- f) engajada, ter papel político na luta pelas transformações sociais, disputando a hegemonia cultural, política e ideológica a partir de posicionamentos e iniciativas anticapitalistas e anti-imperialistas;
- g) balizada por um projeto de sociedade socialista com perspectiva comunista, construída pelo e para o poder popular, a partir da superação do capitalismo e para a construção da nova sociedade e do novo homem e nova mulher, sustentada técnica e cientificamente por sua capacitação interna.
- h) um instrumento que entende o conhecimento popular como todo aquele que é produzido pela e para a classe trabalhadora, quebrando, assim, a dicotomia, criada por esta sociedade, entre o conhecimento apropriado pela academia e o criado pelos demais marginalizados dela, ressaltando que este conhecimento está no contexto de uma sociedade onde domina a burguesia e suas ideias.
- i) realização de um Ativo da UJC e do PCB sobre educação.
- j) participação da UJC nos EIVs

140. Para acumularmos esta luta de caráter anticapitalista nos dias de hoje, devemos pensar em mediações táticas a curto, médio e longo prazo, como uma forma necessária de associarmos os problemas cotidianos e imediatos da educação com o necessário projeto global de superação da ordem do capital, sendo a luta por uma universidade popular não uma obra exclusiva dos estudantes ou dos movimentos de educação, mas de milhões de trabalhadores. Eis algumas propostas de mediações:

- a) Contra o corte de verbas para a educação, a precarização do ensino e a não reposição salarial; políticas que contribuem para a desqualificação da educação;
- b) Verba pública para a educação pública!
- c) Pela defesa de políticas de assistência estudantil, advindas de recursos públicos diretos e pelo fim da intervenção das fundações privadas de apoio;

- d) Pela paridade nas instâncias deliberativas das universidades, para a real efetivação da participação e da valorização dos trabalhadores técnico-administrativos em educação e estudantes, que hoje se configuram com pouca expressão;
- e) Contra a universidade a serviço do agronegócio e outros tipos de empresas que só objetivam o lucro e a exploração, em detrimento ao meio ambiente, as patentes privadas em tecnologias desenvolvidas pelos estudantes das universidades públicas e com os recursos públicos.;
- f) Contra as políticas institucionais que não atendem as demandas sociais para com a Educação (PNE, PROUNI, REUNI);
- g) Contra o sistema de avaliação do ensino superior (ENADE) e as incongruências do FIES;
- h) Contra a Educação à Distância como meio de formação. Defendemos o uso de tecnologias para a educação, como o ambiente virtual de maneira complementar ao ensino presencial;
- i) Luta constante pela ampliação das políticas de permanência estudantil, de pesquisa acadêmico-científica e de extensão universitária; sempre condizentes às demandas da comunidade universitária e aos anseios da sociedade em geral;
- j) Luta contra os cursos pagos e as fundações privadas nas universidades públicas.
- k) Luta pelo controle popular efetivo sobre as instituições privadas – cobrindo tanto as empresas que visam ao lucro quanto as de caráter filantrópico – que são, em geral, desacopladas do esforço de pesquisa, apresentam baixos níveis de qualidade, não cumprem, na maioria dos casos, suas obrigações trabalhistas, além de serem devedoras do Estado; assim este controle deve ser exigido nos campos legal / fiscal, acadêmico e trabalhista; as instituições que não atenderem a estas condições deverão ser encampadas pelo Estado;
- l) Lutar contra a terceirização dentro das Universidades Públicas / Lutar contra a privatização de setores da Universidade, como os Hospitais Universitários.

O SENUP e o movimento nacional pela UP

141. O I Seminário Nacional de Universidade Popular, realizado em setembro de 2011, foi um importante passo ao reunir um razoável número de ativistas, organizações, entidades, grupos de extensão, intelectuais e apoiadores em pró do debate sobre Universidade Popular. Seu objetivo foi alcançado também, por ter se tirada diretrizes mínimas programáticas e organizativas no final do encontro.

142. Além do evento em si, o encontro é resultado das diversas ações locais e nacionais que possibilitaram acumular e colocar em voga na conjuntura das universidades a importância do projeto de universidade popular. A UJC organizou encontros em todos os estados em que está organizada, além de uma expressiva quantidade de militantes, sempre mantendo a preocupação com a unidade e pluralidade do evento.

143. O encontro partiu da ação de grupos locais, revelando a própria falta de profundidade e coesão nacional da UJC sobre a tática imediata para o projeto de Universidade Popular. No entanto, no processo de construção do seminário conseguimos nacionalizar e aprofundar as compreensões e ações da UJC sobre o tema. A proposta da UJC e JCA de se construir um GT Nacional permanente na perspectiva do movimento orgânico pela universidade popular foi um grande acerto.

144. Contudo o GT Nacional ainda está se consolidando. As faltas de articulação em diversos estados, falta de consenso programático e operativo com grupos políticos locais, além das próprias dificuldades organizativas da UJC, impediram o estabelecimento de um calendário que realmente expressasse nacionalmente a unidade na luta do campo pela universidade popular. Questões que fazem parte do árduo processo de construção deste movimento.

145. A UJC deve defender a ampliação das ações e das discussões dos GT's para além dos muros da universidade, expandindo essa construção até os secundaristas e as organizações de distintos movimentos dos trabalhadores, com uma concordância programática mínima. Nas entidades e frentes em que atuamos, devemos incentivar o acompanhamento e a construção do movimento nacional pela universidade popular.

146. Por isso, a UJC deve reforçar sua atuação sobre o projeto de Universidade e Educação Popular para além do movimento estudantil. Devemos, com as devidas mediações, resgatar a temática dentro do movimento cultural, bem como sua inclusão para a juventude inserida no mundo do trabalho.

147. É imprescindível o estabelecimento dos GT's locais articulados com a necessidade de impulsionarmos a universidade popular enquanto um projeto em disputa na sociedade. A UJC deve buscar este estabelecimento, procurando ampliá-lo a setores combativos. A JCA e Juventude Livre são nossas aliadas prioritárias neste processo, no entanto, podemos dialogar sobre a questão com grupos locais de extensão, sindicatos combativos, movimentos populares, movimentos culturais contra hegemônicos, intelectuais e organizações classistas.

148. Devemos defender que o II SENUP seja o resultado destas experiências práticas que apontem para o Movimento Nacional de Universidade Popular, que supere qualquer tipo de regionalismo e continue possibilitando o acúmulo político e organizativo da luta contra o capital na educação, apontando para a constituição de um movimento orgânico, amplo e nacional de luta pela UP.

JOVENS TRABALHADORES

I) A Situação dos Jovens Trabalhadores no Brasil

149. A reestruturação produtiva e o desenvolvimento permanente do capitalismo no Brasil trouxeram consequências nas formas de organização do trabalho, refletindo-se nos tipos de emprego ofertado, no desemprego, na flexibilização contínua dos direitos trabalhistas, no discurso de novas formas de qualificação para o trabalho, disfarçada sob a alcunha de competências e habilidades, na terceirização, na subcontratação e em novas e diferentes formas de exploração dos trabalhadores.

150. Neste cenário os jovens trabalhadores são os mais afetados pelo aprofundamento da exploração capitalista, tanto no campo quanto na cidade. Os números expressam isso: o desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos é três vezes maior que entre os adultos. Números que vem crescendo nas últimas décadas. Entre 1992 e 2008 os índices de desemprego nesta faixa etária cresceram de 11,9% para 17,8%. Quando agregadas as variáveis de gênero e etnia os números são mais catastróficos: as jovens mulheres e a juventude negra são os que mais sofrem com o desemprego no Brasil.

151. Os índices de crescimento econômico apresentados pelo Brasil na última década não reverteram este quadro. Setores hegemônicos, principalmente vinculados à Grande Mídia e às Agências Governamentais, procuram as razões deste fenômeno em causas subjetivas,

buscando relacionar a alta rotatividade dos jovens em postos de trabalho a questões comportamentais ou de falta de responsabilidade.

152. Na verdade os números demonstram a “*descartabilidade*” a qual são condicionados os jovens no mercado de trabalho, sendo utilizados como força de trabalho extremamente barata, e sob condições de trabalho sem garantias trabalhistas. O que facilita aos empregadores demití-los e contratá-los na hora que bem entenderem, sem nenhum tipo de restrição legal. Também servem como um mecanismo de omissão dos conflitos sociais, e difusão da falsa ideia da conciliação de classes.

153. O crescimento econômico brasileiro, na atual conjuntura, segue sua lógica histórica de concentração de riqueza e renda. As políticas públicas desenvolvidas no sentido de “amenizar” o desemprego juvenil são paliativas e não atacam o problema de forma contundente. Programas como Projovem Urbano e Projovem Trabalhador, do Governo Federal, servem como uma espécie de amortizador dos conflitos sociais, ao “incluir” os jovens por um determinado período, com a concessão de bolsas e cursos de formação, que fazem com que o mesmo não tencione o mercado de trabalho por um tempo e crie, na maioria das vezes, uma falsa expectativa de empregar-se futuramente.

154. Cerca de dois terços dos jovens brasileiros encontra-se em situação de desemprego ou informalidade. E o futuro que se apresenta não é nada promissor. Com as consequências que se colocam a partir dos desdobramentos da crise econômica mundial, os dados apontados acima tendem a se elevar. E os jovens serão os primeiros a sofrerem com mais exploração e limitação de suas condições de sobrevivência na realidade brasileira.

155. A conceituação do jovem trabalhador é uma tarefa um tanto quanto complexa. Há uma grande parcela da população que começa a trabalhar ainda quando criança. Os dados revelam que cerca de 4,3 milhões de crianças e adolescentes entre 05 e 17 anos trabalham no país. Apesar de a lei proibir o trabalho antes dos 14 anos, e após esta idade até os 16 anos somente como aprendiz, o trabalho é realidade na vida de grande parte de crianças e jovens brasileiros. A maioria encontra-se submetida a jornadas de trabalho acima das 40h semanais e a atividades agrícolas – em que pese o fator que a unidade da família de pequenos agricultores se constitui também como uma unidade de produção.

156. Os jovens que conseguem se inserir na idade permitida legalmente e com algum tipo de garantia trabalhista (contrato, carteira assinada, etc.) consiste em uma minoria no país. Nos centros urbanos, os setores de serviços são os que empregam a maior parte dos jovens trabalhadores. Redes de supermercado, telemarketing, pequenas e médias empresas prestadoras de serviços são alguns dos ramos que mais empregam jovens no país. No setor industrial, a força de trabalho juvenil é utilizada amplamente, principalmente em tarefas insalubres e precárias.

157. O índice de jovens que ingressa no mundo do trabalho com algum tipo de formação profissional, do nível básico ao nível superior, ainda é muito pequeno no país. No ano de 2009, somando-se as matrículas da rede pública e privada de todo o país, havia cerca de um milhão de estudantes inscritos. Com relação ao curso superior, apenas 14% dos jovens entre 18 e 24 anos frequentam atualmente este tipo de ensino.

II. O papel da UJC frente aos Jovens Trabalhadores

158. Como uma organização que desenvolve a sua práxis sobre as bases do marxismo-leninismo, a UJC compreende o conflito entre capital e trabalho como a principal contradição existente na sociedade capitalista, sendo a luta de classes o movimento dialético da história.

159. Os jovens comunistas da UJC têm tarefas árduas a cumprir no que diz respeito aos jovens trabalhadores. Em primeiro lugar é preciso que desenvolvamos um diagnóstico concreto das formas de organização da produção capitalista, das condições de trabalho e do perfil do jovem trabalhador em cada região do país. Em determinadas regiões e cidades nos depararemos com uma maior quantidade de jovens desempenhando tarefas no setor agrícola, em outros com maior número de jovens empregados no setor industrial, e assim por diante. Com a análise da realidade local e com a flexibilidade tática para atuarmos juntos aos diferentes setores de jovens trabalhadores teremos maior êxito no cumprimento de nossas tarefas.

160. O espaço central de atuação dos jovens trabalhadores é a Corrente Sindical Unidade Classista, que deve ser organizada naqueles estados e cidades onde ainda não está construída. A criação de coletivos ou núcleos de jovens trabalhadores no seio da Corrente Sindical Unidade Classista deve ser uma das tarefas prioritárias dos jovens comunistas. É

preciso ter clareza que a UJC deve desenvolver uma política de atuação neste espaço, em consonância com as resoluções do Partido Comunista Brasileiro, adaptadas as necessidades e demandas da juventude trabalhadora. A UJC deve ser um espaço de formação, articulação, recrutamento e atuação dos jovens trabalhadores.

161. No sentido de não haver duplicidade de espaços ou replicação de reuniões entre os mesmos camaradas em Frentes de Massa diferentes, é preciso consolidar momentos específicos, que caracterizem a militância nas duas frentes: UJC e UC. A UJC deve prioritariamente ser um espaço de formação, articulação e recrutamento dos jovens trabalhadores. Organizar seminários, encontros e debates deve ser tarefa periódica da UJC, no sentido de articular e atualizar a linha política de atuação dos jovens comunistas no movimento sindical.

162. Devemos aprofundar nossa inserção junto aos jovens trabalhadores que vivem no campo, desenvolvendo nossa atuação política junto a sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos camponeses, em assentamentos e em acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra. Nossa atuação neste espaço deve organizar-se no sentido da superação do debate da reforma agrária dentro dos limites do sistema capitalista, apontando para a superação da propriedade privada no campo.

163. O fomento à sindicalização dos jovens trabalhadores deve se dar junto ao debate dos rumos que o Movimento Sindical precisa tomar. A sindicalização e a participação dos jovens comunistas no sindicato deve se dar na perspectiva de construção de um sindicalismo combativo e classista, que vá além da luta econômica.

164. A consigna tirada no último congresso da UJC segue atual e deve seguir orientando as lutas que virão: **NENHUM DIREITO A MENOS PARA A CLASSE TRABALHADORA! AVANÇAR NAS CONQUISTAS! PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, SEM REDUÇÃO DE EMPREGOS E SALÁRIO! MAIS E MELHORES EMPREGOS!**

165. Devemos atuar em sintonia com a Frente de Movimento Estudantil, numa via de duplo sentido, inserindo os jovens trabalhadores nos debates, na luta e na construção de um projeto de educação e de universidade popular, e dando atenção especial os estudantes recém-formados, estudantes de escolas técnicas, cursos tecnológicos e universitários, principalmente das licenciaturas. É preciso inserir rapidamente o jovem recém-formado em núcleos ou bases de jovens trabalhadores sob o risco de perder importantes quadros

em formação, por falta de espaços de organização e militância dentro da UJC. A atuação também deve ocorrer em parceria com a Frente de Cultura, criando espaços político-culturais nos locais de trabalho, potencializando as qualidades artísticas da militância.

166. Com o acúmulo de forças e ideias regionais, teremos elementos de subsídios para realizar o I Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores (empregados e desempregados), visando o acúmulo teórico e político neste campo de atuação, disseminar experiências locais e construir um planejamento de ações tanto em nível nacional quanto em nível estadual. Também indicamos a criação de uma cartilha nacional junto a UC que discuta o mundo do trabalho onde a juventude está inserida, e que aponte as táticas e as estratégias de organização.

CULTURA

167. A cultura faz parte da totalidade de uma determinada sociedade, nação ou povo. Essa totalidade é tudo o que configura o viver coletivo. São os costumes, os hábitos, a maneira de pensar, sentir e agir. São as tradições, as técnicas utilizadas que levam ao desenvolvimento e à interação do homem com a natureza. É tudo que diz respeito a uma sociedade, ou seja, ao desenvolvimento das forças produtivas e suas relações de trabalho. É tudo que as diferentes etnias possuem em matéria de vida social, o conjunto de leis que regem o país, a moral, o ensino-aprendizagem, as crenças, as expressões artísticas e literárias, costumes e hábitos.

168. Com o crescente avanço da globalização, fruto da estratégia política neoliberal, observamos a disseminação cada vez maior da ideologia capitalista, responsável por interferir de forma hegemônica nas relações sócio-políticas e econômicas, contribuindo de forma decisiva na descaracterização das culturas locais e na soberania dos povos, sobretudo nos países da América Latina.

169. Com essa investida o sistema capitalista passa a hegemonizar diretamente o campo da cultura e isso se reflete principalmente na: *mercantilização dos bens culturais; na elitização do acesso à cultura; na homogeneidade de padrões culturais impostos pelo capitalismo; no fortalecimento de valores como o individualismo, o consumismo, a competição, o egoísmo; na marginalização de amplas massas da população a qualquer*

*tipo de expressão cultural (como livros, cinema, teatro, ópera, etc.). **Cadernos de resoluções V Congresso Nacional da UJC – GO/2010.***

170. Como comunistas devemos aprofundar o debate acerca da cultura como instrumento contra hegemônico na organização da classe trabalhadora, para isso deixemos bem claro qual é o nosso entendimento a respeito da tática e estratégia dessa frente de atuação.

Cultura Popular e Cultura de Massas

171. Ao encarar a questão da cultura devemos colocá-la no mote da discussão de classe e sua produção cultural, fugindo de uma concepção que coloca a cultura apenas como a interlocução entre o produtor (ou disseminador) e o consumidor (ou mero receptor) de cultura, ou seja, no âmbito da troca e do mercado, e ainda que tratada como mercadoria, a arte alienante também diverte. A cultura deve ser entendida de forma dialética, de acordo com a construção material e histórica da humanidade.

172. Defendemos a cultura popular como expressão e identidade de uma classe, a classe trabalhadora, porém rompendo com o mito de que o popular não pode assumir características estrangeiras. Portanto, a cultura popular é incorporada e modificada pelo povo, independente da origem de uma expressão, comportamento, arte ou visão do mundo. A cultura popular, então, assume contornos de acordo com o desenvolvimento da produção material, atualmente de orientação capitalista, – mais especificamente em sua fase imperialista – portanto de caráter global, internacionalizada.

173. No mesmo raciocínio, não podemos simplificar o folclore nacional como cultura popular, tentando resgatar o que não existe ou não tem expressão, ou substância, pois pode tender para uma visão de 'retorno', portanto, reacionária do desenvolvimento da sociedade.

174. Neste sentido, o folclore nacional não poderia ser encarado na perspectiva de uma simples conservação na sociedade, mas da sua integração com os vários outros elementos já materializados nas camadas populares, incorporando novas formas e evoluindo dialeticamente.

175. Se no iluminismo a burguesia rompeu com a cultura letrada produzida e consumida pelo clero e a nobreza, cabe à classe trabalhadora romper com o caráter capitalista da indústria cultural, que trata e coloca o povo como mero consumidor, alienado e apático, utilizando a produção cultural de forma fetichizada e padronizada. Esta é a cultura de massas, produzida pela burguesia, detentora da indústria cultural, difusora de uma moral e uma estética que trata todas as relações sociais como relações de mercado. Então, em decorrência de fatores políticos e socioeconômicos, o próprio proletariado, bombardeado pela ideologia hegemônica, se encontra produzindo e consumindo uma cultura massificada, que nem sempre possui um viés de classe.

176. A forma dos bens culturais é a sua origem e característica. Mas a partir de sua criação, está refém da estrutura ideológica da sociedade, ou seja, a indústria cultural capitalista pode usá-la e transformá-la como quiser, pois ela detém os meios de comunicação de massas, incluindo as grandes gravadoras e editoras. Para além do debate do uso e da forma, devemos nos atentar para o conteúdo dos bens culturais. Ao mesmo tempo em que o conteúdo classista (ou engajado) dos bens culturais é importante para o combate e à contraposição ao conteúdo vazio da atual indústria cultural - combatendo também o fascista, o homofóbico, o racista, o machista ou vinculado a qualquer tipo de preconceito -, não podemos nos prender a um debate 'conteudístico' dos bens culturais, caindo num dogmatismo de que a arte bem feita é a do conteúdo politizado e contestatório, pois assim inibimos outras formas de expressão que podem ser retratadas de diversas outras maneiras, sem estar aliada com a ideologia dominante.

177. Então, a cultura popular é a produzida, apropriada e identificada pelo sujeito povo. E isso é um processo dinâmico, por exemplo: o frevo, que iniciou como uma cultura erudita, (produzida e apropriada pela classe dominante) foi incorporado no seio das camadas populares, sem caminho de volta. Já a cultura de massas se resume a existir uma sociedade de consumo de massas, um mercado consumidor semelhante à compra de um tênis ou uma roupa de marca, e, portanto, do consumo influenciado pelos meios de comunicação, pelo marketing.

178. Por outro lado, não podemos impor uma dicotomia entre essas conceituações, nem classificá-las de forma simplória como uma cultura 'boa' e a outra 'ruim', há uma relação dialética. A cultura popular é constantemente apropriada pela indústria cultural para massificá-la, transformando ou não sua estética em um produto mais acessível, prático e

assimilável às condições do mercado. São raros os bens culturais massificados que mantêm uma autonomia na proposta que veio a oferecer. Mas a cultura de massas, por mais que desqualifique a arte, está disseminada, reassimilada e resignificada pelas camadas populares num processo de reciclagem da arte, proporcionando novas formas e novas estéticas.

179. Exemplificando, podemos colocar vários elementos que foram incorporados de outros países como o rock, o punk, o reggae, o hip hop e modos de se expressar, comunicar e agir para o Brasil também como cultura popular, assim como o maracatu, o samba, o frevo, etc., e suas misturas e incorporações. Um bom exemplo disso é o Chico Science & Nação Zumbi e todo o movimento Mangue Beat, quando apenas revelaram este caráter popular das culturas de origem estrangeira em conjunto com as de origem nacional, em oposição aos que defendem que foi apenas misturado um caráter popular 'nacional' com um estrangeiro ou estranho à cultura nacional, perdendo assim seu caráter popular.

A UJC e a Frente de Cultura.

180. Através do marxismo tivemos grande influencia na formação da intelectualidade, da produção simbólica do mundo (cultura) e na intervenção e organização dos trabalhadores em todo o mundo. No Brasil não é diferente. Através do PCB/UJC, o cenário político, as lutas entre o capital e o trabalho se manifestaram de diferentes formas: greves, imprensa popular, cinema, artes plásticas, literatura, teatro, conflitos armados, historiografia, arquitetura, etc.

181. Durante todo o século XX, nossa cultura sempre esteve em busca de uma identidade nacional e da criação original e cosmopolita em relação aos países de capitalismo desenvolvido. Na década de 1950 e início da década de 1960, o partido, que também é produto do meio social, tenta procurar o brasileiro que produz uma cultura nacional própria, capaz de implantar o desenvolvimento e a revolução. Dessa forma, Nelson Werneck Sodré apresenta que a cultura popular só é popular se for nacional. Dessa forma, a organização das atividades do partido neste período no campo da cultura, era expressa pela busca das raízes nacionais do povo brasileiro.

182. A partir da Declaração de Março de 1958, uma virada cultural chega ao PCB, pela explosão de produções e influências culturais no Brasil. Anterior à década de 1960, uma

quantidade significativa de intelectuais e artistas ingressam no PCB, mas não eram organizados ou suas produções refletiam as lutas travadas pela classe trabalhadora.

183. A organização dos Comitês de Cultura, órgão do Partido, é também fruto desta virada cultural ocorrida na década de 1960. Leandro Konder, em entrevista a Nelson Santos diz que “o Comitê de Cultura era um órgão do Partido, para atuar no front da política cultural. [...] A grande preocupação era de, no diálogo com os produtores e difusores de cultura, exercer uma influencia no sentido de fortalecer elementos na atividade deles que contribuíssem para um esclarecimento, uma consciência mais crítica, critica social, política. [...] O Comitê Cultural não puniu ninguém, não excluiu ninguém. Não ditava regra, não impunha coisa alguma. Ele nasceu dessa disposição – muito interessante pioneira – de atuar junto a artistas, escritores, e aí tinha áreas que se organizavam especificamente para discutir seus problemas, mas sempre com algum representante do Comitê Cultural. O Comitê Cultural, em geral, tinha a função de dar assistência. O assistente – sempre um sujeito dessa comissão executiva – não decidia nada, só coordenava os trabalhos”.

184. Dessa forma, além das leituras gerais sobre política, economia e cultura, havia reuniões setoriais nas áreas do teatro, música, etc. Isto possibilitou a organização de outro instrumento de intervenção de massas, o CPC da UNE, que eram organismos do movimento de alfabetização e difusão de cultura popular na década de 1960 que gozavam de ampla participação de jovens e educadores articulados no PCB, além de serem palco para discussões iniciais sobre cultura popular. Os comunistas tiveram um papel protagonista nos CPCs. O objetivo era usar experiências da cultura popular como ferramenta estratégica para promover o socialismo.

185. Assim, a UJC como juventude orgânica do PCB, tem uma longa tradição na construção de uma política e atuação no Movimento Cultural. Devemos beber da nossa própria história, de forma crítica, das elaborações e construções de camaradas que contribuíram decisivamente, não só na política cultural da UJC, como nos movimentos de juventude em geral.

186. Desta maneira, é importante reconhecer que nos últimos dois anos houveram avanços, em termos gerais, no reconhecimento da importância do trabalho cultural da UJC. Damos um grande passo ao realizarmos o I Seminário Nacional de Cultura em PE,

onde pela primeira vez, desde a reorganização da UJC, pudemos debater e aprofundar questões relacionadas à nossa compreensão política dessa frente de atuação.

187. Mas devemos ter a consciência, mesmo com a realização do seminário, que foram escassas as iniciativas de articulação nacional desta frente de atuação. Tivemos algumas experiências significativas em nível local e regional, onde conseguimos gerar dinâmica e manter um trabalho regular como, por exemplo, no RJ com o Bloco Comuna que Pariu, que realiza um trabalho importante de agitação e propaganda da UJC através do bloco carnavalesco; e a criação do CCCP Centro de Criação de Cultura Popular em PE, que tem por objetivo a fomentação e difusão da cultura popular.

188. Sendo assim, surge a necessidade de encararmos nossa debilidade teórica e prática acerca da compreensão da importância da intervenção da UJC em ações culturais. Assim, é tarefa da militância se inserir e compreender sua atuação nas diversas formas de atividades culturais que integram a sociedade, numa perspectiva classista e de contraponto à indústria cultural hegemônica.

ORGANIZAÇÃO

Relação com o PCB

189. Ressaltamos o exposto em nosso Estatuto: “A UJC é a Juventude do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, com o qual possui vínculos políticos e ideológicos, tendo suas direções e ações em linhas gerais referendada pelo PCB, em suas respectivas instâncias. Resguarda-se a autonomia relativa ao desenvolvimento das linhas gerais referendadas pelo PCB, sua política, ações e intervenções na sociedade, de maneira criadora, e considerando em suas formulações as maleabilidades e especificidades de uma organização de juventude”.

190. Portanto, a UJC – semelhante à Unidade Classista, ao Coletivo de Mulheres Ana Montenegro e ao Coletivo Minervino de Oliveira – se caracteriza como uma frente de massas do PCB, sendo um elemento de mediação entre o Partido e a juventude brasileira, tendo como pauta central a necessidade de fortalecer ações táticas que tencionem a ordem do capital, organizando e formando as camadas da juventude, na perspectiva de construção da Revolução Socialista. Dessa forma, as nossas deliberações precisam estar em consonância com as Resoluções do PCB e sendo referendada pela Secretaria Nacional de

Juventude (SNJ), instância ligada ao Comitê Central do Partido. Na perspectiva de democracia de mão dupla, o PCB pode levar em consideração as resoluções e acúmulos que a UJC vem adquirindo na elaboração das suas resoluções no trabalho com a juventude.

191. Sem entrar em contradição com a política estratégica e tática do PCB, a UJC deve ter autonomia para aplicação de sua orientação prática cotidiana, nos mais diversos espaços onde seus núcleos de base possam ter inserção.

192. O trabalho político dos jovens militantes do PCB dentro da UJC, em relação aos não militantes, – nas bases e nas direções – deve funcionar sobre a base do convencimento político permanente e de um respeito conquistado através do exemplo de estudo, de disciplina, de criatividade, de convicção, e não por orientação vertical.

193. A Coordenação Nacional da UJC deve estar em permanente intercâmbio com a Secretaria Nacional da Juventude do PCB, sendo o principal objetivo da última garantir a orientação política, programática e ideológica da UJC pelo PCB, em todas suas instâncias.

194. A UJC é ao mesmo tempo uma frente de massas do PCB e uma escola de formação de quadros críticos e autocríticos, formados pela ação cotidiana - em seus erros e acertos – e pelo estudo teórico, com o objetivo criar uma organização dinâmica, onde os jovens militantes sejam responsáveis pela construção da organização, e não meros executores.

CN-UJC

195. A UJC tem como órgão central a Coordenação Nacional (CN), composta por 21 membros e 5 suplentes, que nomeia a CGC, composta por 5 membros. Os membros da CGC ficam encarregados das tarefas de finança, organização, comunicação, direção política e relações internacionais. Apesar de ser uma Coordenação Colegiada, os/as camaradas da CGC deverão assumir cada um, uma esfera de responsabilidade, tendo sempre quem responda por determinada política. Por exemplo, a CGC é a responsável pela política de comunicação, entretanto, um determinado camarada será o responsável dentro da CGC por esta tarefa. Importante ressaltar que os cargos na Direção da UJC não são estáticos, ou seja, os militantes podem se alternar nas suas funções dentro da Coordenação Nacional.

196. A Coordenação Nacional funciona através de comissões que versam sobre cada frente de luta e mais tarefas que a CN julgar necessária, tal qual formação e agitação e propaganda. Essas comissões terão, dentre suas tarefas gerais e específicas:

a) Frentes de Atuação - Subsidiar as estaduais com informes e textos de formação / Orientar a militância para nossa intervenção nos espaços nacionais de juventude, como Encontros de Executivas de Curso, eventos da UNE, UBES, etc./ Ser o elo de mediação entre as nossas bases e instâncias e/ou entidades nacionais / Ajustar à realidade nossas táticas políticas em cada frente de atuação / Divulgar experiências de atividades das frentes de atuação que ocorrem nas estaduais.

b) Agitprop - Elaborar artes dos nossos materiais para propagandear nossa Organização e as nossas bandeiras políticas / publicar um jornal informativo-formativo da UJC nacionalmente / organizar e manter atualizado nossos espaços virtuais / instrumentalizar, de forma teórica e prática, nossos militantes;

c) Formação - organizar espaços de formação nacional junto à Secretaria Nacional de Juventude, bem como organizar espaços de formação em cada reunião e/ou plenária da CN-UJC, em conjunto com a CGC. Nas estaduais, a UJC deve ter a iniciativa de criar espaços de discussão política, podendo ser através de grupos de estudos ou realização de debates e seminários.

Finanças

197. Todo militante da UJC tem como tarefa a contribuição financeira mensal com a Organização, contribuição esta que deve ser estipulada pelos secretários de finanças estaduais. As Coordenações Estaduais, obrigatoriamente, deverão repassar 30% das suas receitas para a Coordenação Nacional, no sentido de garantir nossas atividades nacionais e internacionais. Esse repasse deve vir acompanhado de uma prestação de contas das Coordenações Estaduais, explanando as entradas e saídas de sua movimentação financeira. As bases locais também devem prestar contas.

198. Como as arrecadações nas estaduais são pequenas, o repasse pode ser feito semestralmente, ou seja, a estadual fará uma prestação de contas dos seis meses e, em cima do que arrecadou, repassará 30% para a Nacional. Essa possibilidade deve ser acordada de forma antecipada entre a CGC e a Coordenação Estadual.

199. As Coordenações Estaduais devem realizar, periodicamente, atividades de arrecadação financeira, como festas, rifas, bingos, livro-ouro, venda de materiais, jornais, dentre outras, no sentido de garantirem as suas atividades de forma independente. Por outro lado, pelo menos uma vez por ano, a UJC realizará uma atividade de arrecadação financeira em nível nacional, no sentido de fazermos um caixa para garantirmos nossas atividades, bem como estruturarmos uma forma de política financeira de caráter permanente, podendo ser a construção de uma serigrafia ou gráfica nacional.

200. No sentido de equilibrar os gastos da nossa militância nos diferentes estados, a CN-UJC deverá realizar seus fóruns e eventos de forma diversificada, ou seja, sair da centralidade do eixo Rio - São Paulo - Minas e construir atividades de caráter nacional nos diferentes estados em que a UJC estiver devidamente organizada;

201. A CGC ficará encarregada de produzir materiais de venda para serem utilizados nacionalmente, no sentido de propaganda política da nossa Organização e das nossas bandeiras.

Organização

202. A CGC é a responsável por gerenciar os e-mails nacionais da Organização, tanto para questões internas quanto para questões externas, nacionais e/ou internacionais. As Coordenações Estaduais devem criar um e-mail próprio, facilitando o contato da CGC com as mesmas. Tal conta de e-mail deve ser administrada pelo secretário político e/ou pelo secretário de organização;

203. A cada semestre as Coordenações Estaduais deverão elaborar e encaminhar para a CGC um Boletim Informativo, contendo os relatórios das atividades desenvolvidas, a conjuntura organizacional da UJC no referido estado e o planejamento de atividades para o próximo semestre. Por outro lado, caberá à CGC elaborar e enviar aos e-mails das Coordenações Estaduais um Boletim Informativo Nacional, contendo os relatórios das nossas atividades, planejamento para o próximo período, bem como experiências positivas realizadas pelas Coordenações Estaduais de nossas frentes de atuação. Esses Boletins Informativos - tanto estaduais quanto nacionais - deverão circular para toda militância nos estados em que a UJC estiver organizada;

204. É orientado às coordenações estaduais fazer uso de listas de e-mail de militantes no estado como forma de dinamizar e potencializar a circulação de informes gerais e a mobilização para o cumprimento das tarefas. Já em nível nacional, caberá à CGC criar uma lista de discussão entre os e-mails das Coordenações Estaduais, sendo estes gerenciados apenas pelos secretários políticos e de organização de cada estadual;

205. As redes sociais da Internet e os blogs ligados à UJC tem função somente de propagandear e divulgar a organização e a nossa linha política, e nunca devem ser utilizados para realização de discussões políticas. A rede, além de não poder substituir o papel dos fóruns políticos da Organização, não representa um espaço seguro para os debates internos e discussões políticas da Organização.

206. De acordo com o estatuto da UJC, devemos promover periodicamente o recadastramento dos militantes da UJC nos estados. Esse recadastramento deve ser enviado para a CGC, no sentido de podermos analisar nossa inserção nas diferentes frentes de atuação. Tal cadastro é sigiloso e deve ser passado diretamente das Coordenações Estaduais para a CGC.

Relações Internacionais

207. A UJC deverá manter e ampliar contatos com as juventudes comunistas e progressistas mundialmente, enviando nossos materiais e exercitando nossa solidariedade internacionalista das mais diversas formas;

208. A UJC participou do processo de construção do XVII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Além da participação na primeira reunião internacional preparatória, realizada em Caracas – Venezuela, organizamos um Seminário de Solidariedade Internacional em novembro de 2010, em Belo Horizonte. O Seminário foi a única atividade nacional preparatória para o XVII FMJE e contou com a participação da Casa da América Latina, Associação Cultural José Martí, Comitê Árabe Palestino de Apoio a Intifada, e dos representantes do MST e da JCA.

209. A UJC participou do XVII FMJE na África do Sul. Realizamos cerca de 30 conversas bilaterais, participamos da reunião da Federação Mundial das Juventudes Democráticas e de uma importante reunião das Juventudes Comunistas da América Latina. O conjunto de atividades da UJC na área das relações internacionais foi coroado com a retomada da

participação da UJC na direção da FMJD através de nossa participação no conselho de auditoria.

210. Além de participar das atividades da FMJD, a UJC deve envidar esforços no sentido de garantir a participação dos jovens comunistas brasileiros na Organização Latino Americana e Caribenha dos Estudantes e nos Encontros Internacionais da Juventude Trabalhadoras convocado pela Federação Sindical Mundial.

211. No âmbito interno da CGC, deverá ser montado um calendário de atividades internacionais em que a UJC buscará participar, no intuito de nos organizarmos político e financeiramente;

212. A UJC buscará participar dos eventos e construir atividades da Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD) e da Organização Continental Latino Americana e Caribenha dos Estudantes (OCLAE), buscando o fortalecimento das lutas antiimperialistas e anticapitalistas na esfera global, bem como o estabelecimento de relações mais próximas com organizações de juventude de outros países. Nas relações internacionais devemos priorizar a articulação com outras juventudes comunistas e revolucionárias, para além dos espaços da FMJD.

Assistência

213. A Coordenação Nacional deverá, dentro das possibilidades financeiras, realizar assistências nos estados, no sentido de acompanhar as atividades empreendidas pela Coordenação Estadual, bem como aproveitar para socializar informes gerais (UJC / PCB), contribuir na construção de planejamento local e promover espaços de formação política. Essas assistências poderão ocorrer por iniciativa da CN-UJC ou por solicitação das Coordenações Estaduais, em virtude de realização de evento e/ou questões internas do referido estado;

214. No âmbito estadual, as Coordenações Estaduais deverão indicar assistentes, dentre seus membros, para acompanhar as mais diversas atividades empreendidas pela UJC na esfera estadual, desde as três frentes até mesmo o acompanhamento do trabalho nos municípios e macro regiões.

Recrutamento

215. Cabe a cada militante comunista buscar recrutar novos integrantes para as fileiras da UJC. Entretanto, esse recrutamento não pode ocorrer por meras relações pessoais ou conversas superficiais sobre nosso campo político-ideológico. O recrutamento deve se basear por seu aspecto qualitativo e não quantitativo. Assim, faz parte do processo de recrutamento constantes diálogos sobre a nossa Organização, nossos princípios políticos e organizativos, bem como sobre as nossas principais bandeiras políticas. Da mesma forma, torna-se importante neste processo, a leitura dos nossos materiais, nossas Resoluções e o estudo do socialismo científico;

216. Esse período de diálogos e leituras é de suma importância antes de caracterizar uma pessoa como novo militante de nossa organização, pois ao mesmo tempo em que nossa militância conhece o perfil daquela pessoa, esta, por sua vez, aproxima-se da UJC e seus propósitos;

217. Vale ressaltar que esse período – extremamente variável para cada caso – não significa que o/a interessado/interessada não possa participar das atividades da UJC. Pelo contrário, deverá participar dos eventos e das reuniões, como forma de ir consolidando uma relação-militante. Nesse processo, caberá à Coordenação Nacional elaborar e publicar uma cartilha de apresentação da UJC, no sentido de ser utilizada nos diálogos e leituras com possíveis novos militantes;

218. Por fim, fundamental diferenciar o ingresso de um novo militante na UJC (organização de massas) com o ingresso de um novo militante nas fileiras do Partido (organização de quadros). A entrada de uma pessoa na UJC não significa a sua entrada no PCB. Cabe aos dirigentes do PCB no referido estado o acompanhamento deste novo militante da UJC, no sentido de formá-lo politicamente para a luta e, possivelmente, para seu ingresso no Partido.

Lutas Transversais

219. Os três núcleos que hoje orientam as ações da UJC (movimento estudantil, cultura e jovens trabalhadores) não podem engessar a inserção da juventude comunista em outros espaços de intervenção. Nesse sentido, temos como tarefa primordial avançar no debate coletivo sobre a questão de gênero, racismo, diversidade LGBT, meio ambiente, drogas e

outros, superando preconceitos históricos e qualificando estas discussões, que hoje são hegemônicas por concepções pós-modernas de sociedade, presentes mesmo entre as esquerdas que são nossas aliadas em diversas frentes de luta.

220. A UJC apóia as reivindicações imediatas e conquistas parciais dos movimentos específicos (negros, indígenas, LGBT, etc.), por entender que são elementos importantes da emancipação política desses sujeitos. Contudo, não poderíamos jamais nos contentar com essas conquistas dentro da ordem, é preciso ir além destas. Deve-se ampliar o horizonte dessas lutas a uma pauta central que aglutina todas as especificidades e que sem esse objetivo todas estas estão, inevitavelmente, fadadas ao fracasso em longo prazo. Estamos falando do objetivo de superação desse modo de produção capitalista por um em que seja substancialmente diferente deste, que se elimine a lógica de mercado e dos lucros, da exploração do homem pelo homem a partir das classes, superando todo tipo de opressão e exploração – o socialismo, com a perspectiva do comunismo.

221. De um modo geral, a UJC precisa avançar internamente, junto ao Partido, nas questões transversais, pois estas não se resumem às opressões de grupos da sociedade, como negros, índios, mulheres, homossexuais, dentre outros. Os temas transversais vão mais além incluindo a questão do meio ambiente, às drogas, ao debate sobre a maioria penal, ao alistamento obrigatório, dentre outras. A seguir, apresentaremos análises sobre algumas dessas questões:

222. No âmbito das lutas dos negros e indígenas, a UJC deve utilizar o termo etnia, em detrimento de “raças”, pois não há e nunca houve diferenças raciais entre membros da mesma espécie. A UJC deve apoiar irrestritamente os povos de diferentes etnias na luta pelos seus direitos, tomando para si os problemas que estes têm com o grande capital rural, com o Estado, com as ONGs e com os membros de igrejas variadas. Devemos, pois, desenvolver um trabalho de base com os índios migrantes nas grandes cidades, no sentido de contribuir no processo da consciência revolucionária, bem como buscar uma aproximação com as Aldeias tanto em terras demarcadas quanto em ocupações. Mapear as atuais opressões que estes povos sofrem, sobretudo das grandes empresas interessadas em explorar as terras onde vivem. A luta dos povos indígenas é, potencialmente, uma luta anticapitalista.

223. Assim também é a luta dos negros, que sob tutela de movimentos que os fazem acreditar em determinadas “inclusões sociais”, acabam por diminuir seus motivos revolucionários, tornando-os mais uma identidade social. A UJC deve trazer estas discussões para o interior da nossa Organização, e também participar de espaços, movimento e redes, no sentido de contribuir e avançar com uma nova visão sobre a questão étnica, sem deslocá-las da luta de classes.

224. Sobre a temática das drogas a UJC deve rumar para um acúmulo científico, político e econômico sobre as drogas, lícitas e ilícitas, sendo este realizado em nossas bases. Temas como a Operação Centro Legal, a internação compulsória, a legalização da maconha, os efeitos sociais de outras drogas, devem ser aprofundados a partir do entendimento histórico das relações de classe, e o domínio ideológico, cultural e coercitivo das classes dominantes ao longo da história.

225. Tendo este entendimento, a UJC juntamente com o PCB deve realizar o I seminário nacional sobre o impacto das drogas na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Este Seminário pretende acumular as distintas experiências, debates e informações, para que possamos indicar posicionamentos que não caiam no falso moralismo nem muito menos no idealismo pequeno burguês sobre a questão.

226. A respeito da homossexualidade, é importante ressaltar que o Brasil é o país com o maior número de assassinatos de homossexuais. A cada dia milhares de pessoas sofrem com preconceito e agressões, sejam elas físicas ou verbais. Entendemos ser impossível a desvinculação das lutas LGBTs de outras lutas como a de negros e negras, das mulheres, enfim, dos trabalhadores, visto que todas as formas de opressão são partes constitutivas do capitalismo, que fragmenta a sociedade em grupos. A UJC deve estimular o debate temático crítico junto às bases para contribuir no processo da consciência revolucionária deste grupo social, somando forças às ações de seus coletivos anticapitalistas. A UJC deve realizar o I Seminário Nacional sobre gênero, LGBT, raça e etnia, para aprofundar o debate e suas formulações sobre tais questões, em data e local a ser definido pela CN-UJC.

227. Amplamente divulgada pela mídia corporativa, tomada por ONGs, movimentos sociais, grupos empresariais e entidades diversas, a questão ambiental tem sido utilizada pela burguesia como mais uma estratégia para seu fortalecimento, desfocando a centralidade do trabalho, da luta de classes e maquiando a crise do modelo vigente, tendo

como mote o desenvolvimento sustentável. Uma das batalhas que travamos na área ambiental é contra o uso de agrotóxicos e transgênicos, estimulando a Agroecologia e a Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores. É necessário travar lutas com as transnacionais, como a Monsanto, que tomou conta do Brasil, país que hoje se encontra no segundo lugar do ranking de países com mais hectares de pesticidas e transgênicos da empresa plantados. A proposta é que a UJC se proponha a manter diálogos com os movimentos camponeses e agricultores familiares, sobre as problemáticas do campo e as constantes opressões direcionadas a eles. Compreendemos que não existe preservação ambiental dentro do sistema capitalista. A luta pelo meio ambiente é, necessariamente, uma luta anticapitalista e antiimperialista.

228. A UJC é contra o novo Código Florestal, aprovado recentemente, por apresentar claramente os interesses do grande capital no campo. Mas não por isso o antigo e atual Código Florestal, criado com o intuito de abrir concessões ao agronegócio, será cegamente defendido por nós. Defendemos a elaboração de um projeto alternativo para o campo, no qual tenha como perspectiva estratégica o socialismo, através da estatização das grandes propriedades e a diversificação paulatina de sua produção.

229. Outra importante luta é travada por pessoas com deficiência, sejam as de origem genética, provocadas por doenças ou acidentes, e as decorrentes do trabalho. Somar-se a esta luta é necessário, na perspectiva da melhoria nas condições de vida dos trabalhadores e, principalmente, dos jovens brasileiros.

230. É necessário estimular os debates nas estaduais sobre essas e outras temáticas transversais. Todos os núcleos da UJC (movimento estudantil, cultura e jovens trabalhadores) devem inserir as temáticas transversais no seu planejamento, tanto de formação quanto de ação. Pode haver também constituição de grupos de trabalho e até mesmo comissões auxiliares, a depender da conjuntura local. Nossa tarefa é permear as demandas específicas por uma perspectiva de totalidade, que aponte para as determinações de classe que hoje se ausentam, predominantemente, desses vários debates.

OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER!